  
Paula Belbut

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos vinte e sete dias de fevereiro de dois mil e quinze reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, na sua sede, sita no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira (PS); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Micaela Gomes Camacho (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS); Virgílio de Freitas da S. Berenguer (PTP) -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Ângelo Alberto de Araújo Silveira; Filomena Maria Teixeira Gonçalves; José Maria Barros; Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva Reis. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – António Domingos de Sousa Abreu; Carlos Alberto Freitas de Andrade; Carlos Alberto Rodrigues; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; David João Rodrigues Gomes; Duarte Paulo Quintal Pereira; Francisco Manuel Freitas Gomes; José Agostinho Freitas Baptista; Luís Miguel Moura Sousa; Maria Elisabete Mendonça Andrade; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva;

Rui Alberto Garanito Santos; Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues.

--- **Grupo Municipal do PND** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar; Donato Paulo Vares Macedo-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Idalina Perestrelo Luís, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Bruno Miguel Camacho Pereira, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atouguia Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:** -----

**1.1. O Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira,** eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, foi substituído pelo Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu.

**1.2. O Deputado Municipal Nélio Vicente Pereira,** eleito pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, foi substituído pela Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira. -----

**1.3. A Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira,** eleita pelo PPD/PSD, foi substituída pelo Deputado Municipal Carlos Miguel Encarnação Gonçalves.

**1.4. O Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia. -----

**1.5. O Deputado Municipal Marco Alexandre R. Pereira Fernandes,** eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pela Deputada Municipal Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

*Paula Beltrão*

**1.6. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues**, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

**1.7. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes**, eleito pelo PCP/PEV, foi substituído pelo Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues. -----

**1.8. O Deputado Municipal Américo João da Silva Dias**, eleito pelo CDS/PP, foi substituído pelo Deputado Municipal José Maria Barros. -----

**1.9. O Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho**, eleito pelo CDS/PP, foi substituído pelo Deputado Municipal Ângelo Alberto de Araújo Silveira. -----

**2. SUSPENSÃO DE MANDATO:** -----

**2.1. O Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh**, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PND, solicitou a suspensão de mandato de vinte e oito de janeiro de dois mil e quinze a vinte e sete de janeiro de dois mil e dezasseis, sendo substituído pelo Deputado Municipal Baltasar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar. -----

**3. CESSAÇÃO DA SUSPENSÃO:** -----

**3.1. O Deputado Municipal Virgílio de Freitas da Silva Berenguer**, eleito pela Coligação MUDANÇA, indicado pelo PTP, comunicou a sua cessação da suspensão de mandato. --

**4. O Senhor Presidente da Assembleia** informou que não foi possível concluir em tempo útil, a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de novembro, da reunião de vinte e seis de novembro, continuação da sessão ordinária de vinte e quatro, e da sessão extraordinária de dezanove de dezembro de dois mil e catorze, pelo que será colocada à votação apenas a ata da sessão ordinária de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

**5. EXPEDIENTE:** -----

**5.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

- O Presidente da Mesa do Congresso da ANMP- Associação Nacional de Municípios. ---

- O Presidente da Mesa do Congresso da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviou uma convocatória para o XXII Congresso da Associação de Municípios Portugueses, que se realizará nos dias vinte e sete e vinte e oito de março do corrente ano, no Centro de Conferências de Tróia. -----

**5.2. Pedidos de intervenção reencaminhados à Câmara Municipal do Funchal: -----**

**- Do PCP/PEV: -----**

- Pedidos de informação sobre o andamento da inscrição para habitação de: -----
  - Maria Encarnação Rodrigues Nascimento Câmara, Domingos Ribeiro de Sousa ---
- Pedido de esclarecimento sobre a fração BZ dos edifícios um, dois e três da Quadra um do Conjunto Habitacional da Várzea. -----
- Pedidos de intervenção: -----
  - Derrame de água potável à entrada do Bloco BL-B do Complexo Habitacional da Carne Azeda. -----
  - Reclamação sobre diversas irregularidades na estação de serviço da Repsol. ----
- Pedido de reanálise do processo de José Sabino Gomes Vieira, sobre o pagamento de excesso de consumo de água potável devido a derrame. -----

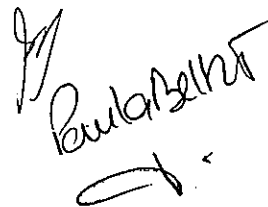
**Não houve o período da intervenção do público. -----**

**-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

**--- O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, dando conhecimento da Proposta de Resolução – Em defesa do comércio tradicional, apresentada pelo PCP/PEV, e da Proposta de Recomendação, apresentada pelo PPD/PSD. -----**

**INSCRIÇÕES: -----**

**1. O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD começou por questionar a Coligação MUDANÇA sobre se o PTP ainda faz parte da mesma, porque o**



Líder desse Partido, o Senhor José Manuel Coelho, apresenta num mensário intitulado "Quebra-Costas", um conjunto de textos insultuosos, não só político como pessoal, ao atual Executivo Camarário. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** pediu ao Senhor Deputado Carlos Rodrigues, que esclarecesse se o Funchal não tem problemas específicos e mais importantes do que ler uma folha A quatro imprimida ou fotocopiada, de um jornal que tem a importância que tem. -----

No entanto, realçou que dentro do mesmo partido ou coligação as pessoas têm diferentes opiniões, e que a isso se chama liberdade de expressão. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** esclareceu que o que leu na dita "liberdade de expressão" é a opinião do seu companheiro de Coligação sobre ele e o seu partido. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** interpelou a Mesa solicitando que fosse colocado um fim a este tema, porque parece que estão a discutir uma telenovela que não tem qualquer benefício para o Município do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que no PAOD, cada Deputado ou Grupo é livre de fazer as intervenções que achar mais pertinentes, pelo que não pode quatar a liberdade de expressão de cada grupo sobre os temas que estiver a opinar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** replicou que não quer coartar nada nem ninguém. Contudo, uma vez que o período máximo do PAOD é de uma hora, julga que este tipo de debate é uma perda de tempo. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que os tempos estão regulamentados e que até ao momento os mesmos estão a ser cumpridos. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interpelou a Mesa pedindo à mesma para informar o Senhor Deputado Gonçalo Aguiar, que o Grupo Municipal

do PPD/PSD tem vinte minutos para usar e que os usa como bem lhes aprouver. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondendo a esta interpelação disse que anteriormente tinha acabado de fazer essa observação. -----

**2. O Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV**, colocou as seguintes questões relacionadas com o temporal de 20 de fevereiro e o seu processo de recuperação: "Sendo que são passados cinco anos desde o temporal de vinte de fevereiro de dois mil e dez, subsistem um conjunto de questões e problemas que não conheceram uma resolução dentro do que seria expeável, principalmente para as pessoas ou populações envolvidas. -----

1. Entre as diversas situações, algumas da responsabilidade da Câmara Municipal, outras do Governo Regional, destacam-se aquelas relacionadas com a habitação / realojamento / recuperação de habitação destruída. -----


Eram apontadas cerca de quarenta famílias como estando em condições de realojamento provisório (nomeadamente na Cancela e outros em residências de familiares). -----

Qual o ponto da situação relativamente a esta questão? Mantém-se o mesmo número de famílias nesta situação? Que diligências foram tomadas no sentido de alterar situações de realojamento provisório? -----

2. Um conjunto de situações de risco foram identificadas, principalmente nos relatórios sobre os impactos do temporal quer na freguesia do Monte, quer em Santo António, onde eram apontados um conjunto de situações e áreas de risco que implicavam a tomada de um conjunto de medidas. -----

Entre essas medidas contava-se a intervenção em encostas ou taludes. -----

De entre estas destacam-se duas zonas: Caminho do Moinho / Escadinhas do Pico do Cardo e Rua Professor Dr. Eleutério de Aguiar (onde estão colocadas em risco algumas habitações situadas no Caminho do Curral Velho). -----



3. O vinte de fevereiro demonstrou a importância de uma intervenção integrada no sentido de responder a um conjunto de situações relacionadas com variados âmbitos, entre as quais a necessidade de um conjunto de acessibilidades que permitam salvaguardar as populações e permitir um mais rápido acesso aos meios de socorro e a criação de alternativas viárias para saída e entrada nas localidades, daí a razão das propostas apresentadas pela CDU. -----

Foram efetuadas diversas intervenções nos cursos de água, em ribeiros e ribeiras, quer com a construção de muralhas, quer com outras medidas de correção e proteção que necessitam ser monitorizadas. -----

Como está a ser efetuado o acompanhamento e comportamento das intervenções efetuadas?" -----

**3. A Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, antes de apresentar a proposta de resolução apresentada pelo seu grupo, colocou a seguinte questão: -----

- Qual o motivo de alteração de procedimentos, que justifique o pagamento de dois euros por caixa, por parte dos vendedores de peixe do Mercado dos Lavradores, do gelo que era anteriormente cedido gratuitamente? -----

De seguida apresentou a proposta de Resolução: Em defesa do comércio Tradicional: "O Concelho do Funchal foi gravemente afetado pelos impactos da catástrofe ocorrida a vinte de fevereiro de dois mil e dez, quer na qualidade de vida, bem-estar e segurança das populações, quer na atividade comercial, nomeadamente com o agravamento das dificuldades com que já se debatiam os empresários do chamado comércio tradicional. Este fator, associado à grave crise económica e financeira que se abateu sobre o País e, em particular sobre a Região Autónoma da Madeira, triplamente penalizada pelos Programas de Assistência Económica e Financeira nacional e regional e pela situação de zona insular

distante, criou um cenário de extremas dificuldades para a manutenção da atividade e sobrevivência de um conjunto alargado de micro e pequenas empresas de comércio tradicional ou de serviços. -----

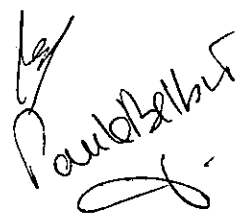
Na sequência da catástrofe de vinte de fevereiro de dois mil e dez a baixa da cidade do Funchal ficou marcada por estragos de vulto que justificaram uma reabilitação das zonas sinistradas. Porém, cinco anos depois, verificam-se atrasos nas obras que são da responsabilidade do Estado que, através da chamada “Lei de Meios”, a Lei Orgânica nº 2/2010, de dezasseis de junho, aprovada pela Assembleia da República visando a fixação dos meios que assegurassem o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de fevereiro de dois mil e dez, numa ação conjunta entre os governos da República e da Região, deveria ter desenvolvido as necessárias obras com vista à reconstrução, recuperação e requalificação das áreas afetadas. -----

Passados que são já cinco anos, não só estão atrasados os trabalhos de intervenção, como o próprio Governo Regional, responsável mais direto pelas obras, ainda não definiu os projetos de intervenção, sobretudo, na zona que engloba o Largo do Pelourinho e a Rua Direita, com óbvias incidências para toda a atividade comercial naquela área, incluindo a Rampa do Cidrão, a Travessa da Malta, a Rua trinta e um de Janeiro, a Rua cinco de Outubro e parte da Rua da Alfândega. -----

Na sequência do conjunto de obras levadas a cabo no centro da cidade do Funchal, os comerciantes afetados pelas mesmas, para além dos impactos derivados da crise económica e social, foram confrontados com elevados prejuízos económicos, com óbvias penalizações para as atividades desenvolvidas. -----

Quer o Governo Regional, quer a Câmara Municipal do Funchal, deveriam ter previsto os impactos provocados pelas obras e tê-las planeado de forma a evitar tamanhos prejuízos.





À parte da implementação de algumas medidas avulsas, o problema foi praticamente ignorado. Os comerciantes afetados estão, assim, praticamente abandonados à sua sorte. Facilmente se conclui que existe uma grave e relevante perturbação das condições objetivas para a atividade comercial e de prestação de serviços nas zonas atingidas pelas obras, nomeadamente aquelas que estão diretamente relacionadas com o processo de reconstrução e requalificação pós-catástrofe de vinte de fevereiro de dois mil e dez. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em Sessão Ordinária no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, face aos considerandos apresentados, delibera que a Câmara Municipal do Funchal, em defesa dos interesses dos comerciantes, do tecido económico do Funchal nomeadamente das áreas da baixa citadina, em defesa da estabilidade e da qualidade de vida de inúmeras famílias afetadas, direta ou indiretamente, pelos factos sucedidos, concretize os compromissos assumidos no sentido da colocação de uma ponte pedonal provisória que garanta a ligação entre a Rua trinta e um de Janeiro e a Rua cinco de Outubro e desenvolva um conjunto de contatos, de coordenação direta com o Governo Regional, no sentido de garantir, para além das medidas apresentadas no sentido da revitalização do comércio, que o setor do Comércio e Serviços e os comerciantes da cidade afetados por esta danosa situação, através de indemnizações compensatórias e outras medidas ativas, sejam ressarcidos dos elevados prejuízos sofridos ou que continuam a suportar, criando assim condições para a dinamização deste importante sector económico do concelho e da própria Região Autónoma da Madeira." -----

--- **O Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** começou a sua intervenção com um pequeno reparo / alerta ao Senhor Presidente da Assembleia, para que a publicação das Atas que expressam os trabalhos que ali se desenvolvem, se faça com um menor espaçamento. -----

Depois aludiu o tema que ali foi desenvolvido nos últimos trinta minutos, achando pertinente

o que foi demonstrado de uma forma crua, mas também crua, são os factos. -----

De seguida referiu-se sobre as taxas urbanísticas da remodelação do Estádio dos Barreiros, colocando as seguintes questões: -----


- Se foram pagas; se foram executadas; se esses valores foram apurados e se há alguma evidência efetiva do pagamento das mesmas? -----

Porque crê que uma Câmara que se diz eminentemente social, também tem a responsabilidade de fazer cobrar a todos de forma igual sem qualquer exceção ou isenção.

Por último disse: “queria apenas referir e tomar desde já a minha declaração de interesse, porque eu estou aqui sentado por vontade de todos os munícipes enquanto autarca, mas também sou funcionário desta Casa e assistiu-se recentemente nesta Câmara, a uma espécie de transumância de pessoal decorrente das alterações que foram legitimamente atendidas por este Executivo, mas essas mudanças procederam-se de forma atabalhoada, havendo inclusivamente falta de respeito com muita gente envolvida e inclusivamente ações persecutórias, que me foram reveladas por alguns dos meus colegas. Não estou aqui em representação de ninguém mas isto são informações de uma forma privilegiada que também me vão chegando por razões óbvias, e eu queria fazer esse registo aqui”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondendo à pertinente observação sobre as atas que estão em atraso, disse que isso se deve à incapacidade que os recursos humanos afetos ao gabinete da Assembleia tem para poder ter atas mais recentes elaboradas. E quis ali elogiar publicamente a funcionária administrativa Nélia Gonçalves, que humanamente tem feito o que é possível para ter as atas em tempo útil, pois a mesma tem também afeto a ela outras funções colaterais que têm impedido que atas mais recentes estejam elaboradas. -----

Relativamente à não publicação da ata que hoje foi aprovada não estar no site, a mesma só pode ser publicada após ser aprovada. -----



**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** disse que irão acolher a proposta apresentada pela CDU, porque creem que tem condições para ser discutida. Pois passados cinco anos ainda existem áreas onde os comerciantes estão prejudicados, como por exemplo no Largo do Pelourinho e na Rua Direita. -----

E embora reconheça que esta não é uma obra que pertence à Câmara, na Vereação anterior existiram várias reuniões com muitos comerciantes e foi-lhes garantido, que a Câmara teria um papel importante junto do Governo Regional e das entidades que têm essa responsabilidade, numa ação ativa e direta de modo a que pudessem resolver, passados cinco anos muitas das pequenas situações que infelizmente ainda não foram solucionadas. Recordou também que na altura, a Câmara Municipal do Funchal, mais uma vez comprometeu-se a fazer todos os esforços de modo a que o Governo Regional executasse uma ponte pedonal junto à OPAN, da Rua trinta e um de Janeiro para a Rua cinco de Outubro, de modo a colmatar uma ponte que ali existia mas que foi destruída no vinte de fevereiro -----

**2. O Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** começou por referir que as aspirações e reivindicações apresentadas na proposta de resolução da CDU são pertinentes, porque os anseios e reivindicações dos comerciantes são legítimos uma vez que advêm de um temporal que aconteceu em vinte de fevereiro de dois mil e dez, e estão atrasados nas respostas e resolução dos mesmos. -----

Contudo, esta resolução peca por uma questão que não diz respeito à realidade, porque algumas das artérias em questão, que eram tutoradas pela Câmara Municipal do Funchal, foram expropriadas pelo anterior Governo Regional e estão a ser intervencionadas através da sua tutela. -----

Por isso, não é correto, legítimo, nem legal pedir que esta Autarquia faça qualquer

intervenção em termos de obras nestes locais. No entanto, o Senhor Presidente da Câmara já incitou esforços junto do Governo Regional e da Vice-Presidência, para que estas situações se resolvam o mais rápido possível -----

No entanto, crê que o Plano de Revitalização do Comércio do Funchal que a Câmara está a preparar, será um mecanismo importante para responder a algumas destas dificuldades. Todavia, as dificuldades porque passam os comerciantes, não são somente sobre a questão das obras, mas advêm também, de um aumento brutal de impostos que foram sujeitos, devido ao PAEF e às medidas do Governo da República. -----

Concluindo, disse esperar que este assunto seja resolvido, a partir do dia vinte e nove de março do corrente ano, com o novo Governo Regional, em que o mesmo tenha mais sensibilidade com os comerciantes e vá ao encontro das suas reivindicações e aspirações.-

--- **O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** expôs o seguinte: “Esta intervenção não corresponde necessariamente à visão do aparte do Senhor Deputado Guido Gomes, que entende que só certos assuntos devem ser apreciados por vezes em algum momento, mas vem ao encontro da proposta e sugestão do Senhor Deputado Sérgio Abreu e do Senhor Deputado Gonçalo Aguiar, porque efetivamente estamos aqui para ajudar e orientar na resolução dos problemas dos munícipes. -----

Não seria necessária esta intervenção, nem sequer a proposta de recomendação que está subjacente, se a Câmara fizesse o seu trabalho, e se dedicasse à resolução dos problemas dos munícipes, mas infelizmente temos que cá vir e usar o nosso tempo no sentido positivo. Assistimos, não só neste caso, à inoperância, que resulta não da falta de competência e de capacidade dos serviços autárquicos, mas de uma governação que não governa, que ainda é um projeto da oposição, que ainda continua a olhar para a Cidade como um capricho. E é por isso que assistimos a cenas lamentáveis e indesejáveis de contradições e de contrariar coisas muito simples, como as que foram vistas no Jornal, que tem a ver com



uma notícia recente, relativamente a obras realizadas no Cemitério das Angústias, em São Martinho. As quais geraram a situação de incómodo e de perda de qualidade visual para alguns dos residentes, que sentindo-se prejudicados pela situação criada pela necessidade de expansão do referido Cemitério, fizeram aquilo que lhes compete que é falar com as entidades e procurar uma solução. -----

E encontraram-na, não na Autarquia mas na Junta de Freguesia de São Martinho, numa lógica de proximidade que acabou por assumir a resolução de um problema simples, causado pela própria Autarquia, gerando o contentamento do reclamante e não gerou qualquer problema nas redondezas, porque ninguém contestou esta solução. -----

Apenas a Senhora Vice-presidente, ou a Câmara, resolveram entender que o seu capricho de apreciação, e o seu exercício de poder discricionário não ficava satisfeito. E então volta a repor a situação, desautorizando de uma forma pública, a referida Junta de Freguesia, voltando a criar o problema que tinha acabado de ser solucionado, que pode ter um carácter provisório, mas estava solucionado e em paz social. -----

Nesse sentido, não compreendendo a decisão da Câmara, mas percebendo como é que ela acontece, nós propomos e recomendamos à Câmara Municipal do Funchal, a urgente resolução da situação criada, de forma a repor a tranquilidade e a paz social desejável. --

Também se recomenda o esforço, que temos feito desde o primeiro dia, para que haja mais respeito pela relação de proximidade, pelo papel efetivo que as Juntas de Freguesia têm na sua relação com os munícipes, o qual foi contrariado de forma absurda e prepotente pela decisão de desautorizar a ação muito bem conseguida pela mesma, e a quem nós damos os parabéns pela intervenção e pela resolução do problema". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** fez uma intervenção sobre uma situação, que já foi levantada no início do mandato, aquando da retirada da gestão do Jardim de Santa Luzia, que era da Câmara Municipal do Funchal e

que depois passou para o Governo Regional, nomeadamente para a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais. -----

Na altura alertaram que não se percebia a tomada de tal medida, uma vez que a Câmara estava a fazer uma boa gestão daquele espaço, e que a Secretaria não teria condições de fazer a manutenção e gestão daquele espaço adequadamente. O que se veio a verificar com a decisão adotada pela referida Secretaria, em fechar uma das portas, nomeadamente a porta do jardim que dava para a Rua do Til, alegando problemas de vandalismo e criminalidade, afetando de sobremaneira os munícipes que utilizavam aquela entrada. ----

Pelo que a Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, da qual é Presidente, não compreende o porquê desta decisão, uma vez que a mesma é como “sacudir o problema para debaixo do tapete”, demonstrando uma degradação da capacidade de gestão daquele espaço, pois se não há condições de segurança, as mesmas devem de ser criadas, e não coartar os cidadãos ao acesso daquele recinto. -----

--- **O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** dirigindo-se ao Senhor Deputado Gonçalo Aguiar, agradeceu e registou a sua intervenção porque como também já haviam trocado algumas opiniões sobre o tema do Jardim de Santa Luzia, ficam agora esclarecidos que o problema do mesmo resume-se a uma porta que está fechada por questões de segurança e não sobre o cenário dramático de destruição, de perda de qualidade e de incapacidade de manutenção que ali foi anunciado aqui há dois anos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** refutou o Senhor Deputado Domingos Abreu, dizendo que se para ele é de somenos importância problemas de segurança e de assaltos a cidadãos em pleno jardim, para o GMM não o é.

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** sobre o problema da parede no Cemitério de São Martinho, esclareceu que por haver uma diferente



opinião num determinado ponto, as relações entre a Junta de Freguesia de São Martinho, da qual é o Presidente, e a Câmara Municipal do Funchal, não foram afetadas pelo que não deixarão de trabalhar lado a lado e em parceria, como sempre o têm feito. -----

--- **O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** colocou a seguinte questão ao Senhor Deputado Duarte Caldeira: "Se qualquer semelhança é coincidência relativamente a esta sintonia e mudança de opinião, sobre condutas legais ou ilegais, se é o mesmo padrão e a mesma bitola que faz a análise que acabou de fazer?" -

--- **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM** respondeu estar um pouco baralhado, porque não percebeu qual é a relação entre uma situação e outra. -----

--- **O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** disse: "Eu já estou esclarecido, o Senhor Deputado e também Presidente de Junta, anda baralhado".

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** interveio dizendo que tendo em conta algumas observações que ali foram suscitadas em relação à Proposta de Resolução apresentada, e para que não fique diretamente a responsabilidade junto da Câmara, no que diz respeito à colocação da ponte pedonal na ligação das duas ribeiras, uma vez que esta é da responsabilidade do Governo Regional, propôs a seguinte alteração: "Pelos factos sucedidos, junto do Governo Regional que concretize os compromissos assumidos no sentido da colocação da ponte pedonal." -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** face às considerações da Senhora Deputada Herlanda Amado colocou a Proposta de Resolução "Em defesa do Comércio Tradicional", apresentado pelo PCP/PEV, contemplando a alteração proposta, à votação. -----

Tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor, e quinze abstenções do PPD/PSD. -----

--- **O Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interpelou a Mesa para

chamar a atenção de que houve um Deputado do PPD/PSD que não se absteve nesta votação, pelo que o mesmo terá de ser considerado a favor. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** admitiu que realmente não suscitou a votação a favor e que atendendo a este equívoco, solicitou aos Senhores Deputados nova votação, ficando a **Proposta de Resolução do PCP/PEV, aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, um do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV, dois do PND e quinze abstenções do PPD/PSD.** -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1. O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** esclareceu que a declaração de voto dos quinze Deputados do PPD/PSD resultou da alteração de última hora suscitada pela CDU. Porque iriam votar favoravelmente esta medida, mas não o fizeram devido aos argumentos que foram introduzidos na alteração que não estão corretos, por não ser ilegal nem descabido que possa ser o município a fazer uma intervenção, e não ficar correto uma Câmara ou uma Assembleia Municipal deliberar que outros façam tarefas que ela própria possa fazer. -----

Em relação àquilo que é o propósito desta medida, que é o apoio aos comerciantes e que é o que os levava a votar favoravelmente, existem outras áreas e até jurisprudência em que a Câmara se tem feito substituir, quer à própria ACIF, quer ao Governo Regional, na dinamização, por exemplo, de um programa estratégico ou de um plano, que embora esteja feita a base, ainda não se viu nada e nesse sentido abstiveram-se. -----

**2. O Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** transmitiu o seguinte: "Esta questão tem a ver com uma questão de matriz ideológica, logicamente não faz sentido fazer uma obra em que os Serviços Hidráulicos têm de dar parecer, não faz sentido que o Governo Regional seja proprietário de um espaço e que seja a Câmara a fazer. Mesmo que se ultrapassasse tudo isso, como foram deixadas as contas desta Câmara, com a gestão



*Paulo Bento*

danosa e desastrosa do PPD/PSD, infelizmente não tem instrumentos, que alguns andaram a desbaratar os dinheiros públicos que eram de todos os contribuintes e por isso não tem instrumentos para satisfazer algumas reivindicações legítimas dos comerciantes". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, do PPD/PSD** fez uma interpelação à Mesa para que esclarecesse os Senhores Deputados do significado de uma declaração de voto. -----

Porque uma declaração de voto é a justificação do sentido de voto de um determinado grupo municipal, e não para ser usado para considerações políticas que nada têm a ver com o sentido de voto que foi utilizado por esse grupo municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que efetivamente o instrumento de declaração de voto é para que os Senhores Deputados justifiquem o sentido da sua votação. Como tal, apelou ao bom senso dos Deputados para que se cumpra com esse preceito regimental e se cinjam à justificação do sentido de voto. -----

--- Não havendo mais declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a **Proposta de Recomendação do PPD/PSD à Câmara Municipal do Funchal, sendo a mesma aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor, sendo dezasseis do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV, dois do PND e dezasseis votos contra do GMM.** -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

1. **O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM,** fez a seguinte declaração de voto: "Ao contrário de outros tempos em que havia apenas uma única opinião, uma única voz, hoje, felizmente, cada um tem a sua maneira de pensar e de fazer política. -----

Sempre que possível, procuramos convergir na mesma direção, indo de encontro à pretensão dos nossos munícipes, que é governar para todos, pensando nas pessoas. ---

Foi precisamente a pensar nas pessoas que surge esta questão e, estão a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Martinho, em consonância. -----

Apenas houve diferentes posições quanto aos materiais a serem utilizados, estando perfeitamente sanado qualquer diferendo nesta questão, pois a resolução do problema inicial será resolvido por parte do município. -----

Não considero que haja qualquer perturbação à tranquilidade e paz entre instituições, e muito menos considero que haja falta de respeito entre o Município e a Junta de Freguesia. Não é por sair uma mera notícia, empolada exageradamente numa capa de um jornal, que as relações entre duas instituições que têm trabalhado permanentemente lado a lado, ao serviço das pessoas, que haverá corte de relações, ou falta de respeito." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia antes de dar por encerrado o PAOD, deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos Senhores Deputados, sobre as várias questões suscitadas neste período, começando o mesmo por referir-se à intervenção do **Senhor Deputado Carlos Rodrigues** dizendo que representa um elogio para este Executivo, porque se os problemas da Cidade estão num panfleto ou na expressão que é feita ou num conteúdo do mesmo, significa que estão a governar bem, e que não existem outros problemas a não ser esses, os quais na verdade não são problemas. -----

Como tal, não se sente afetado com essa questão e continuo comprometido com aquela que é a governação da Cidade, naquilo que foi o compromisso de isenção e com o acordo com os eleitores para quem governam. -----

Aproveitando ainda a ocasião, para realçar e agradecer o contributo e coesão do PTP, nomeadamente dos Senhores Deputados Municipais, naquilo que tem sido um trabalho válido de articulação no GMM e com aquele Executivo. -----

Quanto ao **Senhor Deputado Jorge Reis**, disse que poderá entregar-lhe uma listagem do



balanço do vinte de fevereiro, nomeadamente do que já está feito e do que ainda não está. Elucidou-o ainda que a SocioHabitaFunchal fez o acompanhamento direto dos desalojados do vinte de fevereiro, durante os primeiros três meses passando depois a responsabilidade, através do Governo Regional, para o IHM. Passando a Câmara a ser só parceira no acompanhamento das obras que foram realizadas nas habitações. -----

Informou também que em intervenções e reabilitações foram investidos onze milhões de euros, sendo que, cinco milhões foram da Câmara. -----

Relativamente à **Senhora Deputada Herlanda Amado**, esclareceu que a Câmara não cobra qualquer quantia do valor do gelo sendo essa entrega de forma gratuita. Segundo informação que lhe foi transmitida é que esse valor que dizem pagar é quando compram o gelo à Lota e não à Câmara. -----

Clarificou ainda que houve um problema com a máquina do gelo existente no Mercado dos Lavradores, mas já está em análise a adjudicação para a aquisição uma nova máquina. -

Sobre a questão do Comércio Tradicional, venceu que a Câmara fez um estudo de diagnóstico de comércio e serviços do Funchal, pelo que foi elaborado um processo de revitalização das medidas que consideram fundamentais para outra dinâmica do comércio do Funchal, num total de setenta, e serão aplicadas com a intervenção de diversos parceiros. -----

Ao **Senhor Deputado Donato Macedo**, começou por esclarecer a questão das taxas do Estádio dos Barreiros, dizendo que a Câmara notificou o Club Sport Marítimo para o pagamento dessas taxas no valor de um milhão e duzentos mil euros, e as mesmas ainda não foram pagas pois pelo conhecimento que teve através da comunicação social, o Club Sport Marítimo irá interpor uma ação judicial contra a Câmara Municipal. -----

Sobre as mudanças da orgânica na CMF contestou as afirmações feitas, porque este foi um processo planeado, programado e feito com normalidade, pois houve necessidade de

reorganização do espaço, devido às fusões e ajustes das estruturas orgânicas da Câmara. Quanto às ações persecutórias sobre as pessoas pediu que melhor o elucidasse, porque será o primeiro a atuar nesse sentido e a averiguar o que é que se passa. -----

Dirigindo-se ao **Senhor Deputado Domingos Abreu**, disse que o discurso de que a Câmara está parada e não governa, já está gasto, porque estão a tentar resolver os problemas com outros condicionalismos e outras tramitações que no passado não existiam.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe os seguintes esclarecimentos: -----

- "Primeiro relativamente às taxas, que nos pudesse fornecer evidência desse pedido, onde estão não só os valores envolvidos assim como a data em que o mesmo foi exarado a essa entidade. -----

- Segundo pedido de esclarecimento e em relação ao pedido que me fez, só vou dizer-lhe uma coisa, se os envolvidos assim o quiserem manifestar-se terei todo o prazer. De qualquer forma digo-lhe uma coisa, não contribuo para haver caça às bruxas, e digo-lhe o seguinte, tão mal é aquele que executa como aquele que consente". -----

#### -----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrado o PAOD, dando a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por se referir à **Democracia Participativa e Votação Final do Orçamento Participativo**, que é uma das bandeiras em termos de compromisso com os eleitores, que está a ser executada e cumprida. -----

É um processo com diversas fases, onde numa primeira fase foram realizados oito

*Paulo Sérgio*

encontros de participação com mais de mil pessoas, e que após a seleção, votação e análise técnica desses mesmos projetos e propostas, foram viabilizados vinte e sete projetos que já estão submetidos à votação, entre vinte de fevereiro e vinte de março do corrente ano. -----

Essa votação poderá ser feita nos nove pontos fixos de votação e no móvel através de um autocarro, que vai ao encontro das pessoas para facilitar a votação e a participação. -----

A verba é de trezentos mil euros para três projetos, mas que poderão ser mais se esses projetos não atingirem o valor máximo de cem mil euros. Sendo o prazo de execução dos mesmos de dezoito meses. -----

Uma outra área a que se referiu foram as **Obras Municipais com evidência à Remodelação do Complexo Balnear do Lido – terceira fase**, que está a ser realizada pelo prazo de dez meses, estando prevista a sua conclusão no próximo mês de outubro.

Nesta remodelação há uma alteração significativa onde se observa uma renaturalização do Lido com as características das suas origens. -----

A piscina será um pouco mais pequena, conforme as atuais regras de segurança exigidas pela Lei, mas manteve-se e melhorou-se os acessos ao mar. -----

Os campos de "Madeirabol", pelo seu significado, também foram mantidos e prolongou-se a promenade, visto que a área superior irá ser de livre acesso, sendo só pagas as entradas para os pisos inferiores e com os valores que são praticados neste momento. -----

Depois referenciou o facto de terem adjudicado trabalhos no valor de cento e dez mil euros, para **lançamento de ramais de águas residuais e pluviais**, em diversos locais, como a Freguesia do Monte, Santa Luzia, São Martinho, Santo António e Imaculado Coração de Maria. -----

Sobre os **Bombeiros Municipais** realçou o facto de os mesmos estarem neste momento em formação num curso administrado e sob a responsabilidade da Escola Profissional de

Bombeiros, para atualizar as suas práticas e manter os níveis exigíveis de operacionalidade, que se traduz em três cursos: um de combate a incêndios urbanos e industriais, outro de técnicas de salvamento e desencarceramento e outro destinado a Chefes de Equipa de salvamento e desencarceramento. -----

No **Investimento Social e Oportunidades**, referiu-se à questão do **Regulamento do Programa Municipal de atribuição de habitações sociais**, pois a habitação é um direito constitucionalmente garantido, e a Câmara tem grandes responsabilidades nesta matéria. E como é importante assegurar princípios de igualdade, de imparcialidade e transparência fizeram este regulamento no sentido de ser claro a quem são atribuídas as habitações, quais são os critérios e também monitorizar permanentemente a evolução dos pedidos e das situações pessoais, porque podem-se alterar a sua posição numa lista para concorrer a habitação social. -----

Ainda dentro do investimento social, referiu-se ao **PRESERVA**, que é um Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados do Município do Funchal, e que considera muito importante porque contribuem, não só para a recuperação urbana legal com a atribuição de um valor máximo de cinco mil euros a fundo perdido, como também para uma melhor qualidade de vida dos munícipes. -----

Ainda dentro deste âmbito social, mas mais ligado à **Juventude e às Oportunidades**, foi com agrado que enunciou que a Câmara Municipal do Funchal concorreu ao programa dentro do Programa Escolhas, ao projeto "**MEXE-TE E5G**", e que ficou em segundo lugar entre as duzentas e vinte e oito candidaturas. E aproveitou para agradecer o excelente trabalho feito pelos Técnicos desta Câmara neste projeto e processo de candidatura. -----

É um projeto em que foram aplicados vinte mil euros para além da envolvimento dos doze Técnicos da Câmara, e que é essencialmente, para formar e empregar jovens entre os

*Paula Sousa*  
8.

dezasseis e os trinta anos, com o objetivo de empregar vinte e cinco. -----

Manifestou também o seu agrado pelas sinergias que se conseguiram, de um consórcio que envolve Juntas de Freguesia, que serão fundamentais para o recrutamento dos jovens dada a sua proximidade e o conhecimento que têm da população, para além da cedência de espaços para a formação, como também das unidades hoteleiras, da Escola Básica Dr. Eduardo Brazão de Castro e da cidade geminada de St. Hellier, em Jersey. -----

Por último, referiu-se às **Finanças Municipais**, dizendo que como é do conhecimento de todos os presentes, têm prosseguido um caminho de rigor orçamental e consolidação das finanças do Município, conseguindo abater a dívida global no valor de vinte e dois milhões de euros sem recorrer a pacotes financeiros ou resgates. -----

E lembrou que num passado bem recente esta Câmara, recorreu a quatro pacotes financeiros, nomeadamente o programa "Pagar a Tempo e Horas", o PRED, o PAEL e planos de pagamento que foram feitos nos últimos seis anos no valor de sessenta e três milhões e meio de euros, e que estes foram feitos para pagar dívida que só levou a aumentar essa mesma dívida. -----

Como tal, o esforço que estão a fazer é mais significativo quando não têm, neste momento, pagamentos em atraso, o que é muito importante porque não só instituem confiança como credibilizam a Câmara honrando os compromissos, e com isso estão a injetar dinheiro e a dinamizar a economia local contribuindo para a saída da crise e para o crescimento económico. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** começou dizendo que o Relatório de Atividades e a prestação de informação é um dos instrumentos mais importantes para o trabalho da Assembleia Municipal, porque é

competência da Assembleia acompanhar, fiscalizar e envolver-se no processo e desenvolvimento da vida Autárquica a vários níveis. -----

Daí que começou por fazer as seguintes recomendações e apreciações: "A forma e metodologia que tem vindo a ser seguida, e que já várias vezes, quase que é unânime, que em quase meio mandato, que este instrumento fosse mais efetivo e todos desejamos que o seja para melhorar o nosso trabalho. -----

Desde logo, também como é um instrumento importante deveremos dar-lhe mais respeito, e por exemplo receber o relatório em duas partes, sendo que a última que é aquela que é apresentada pelo Senhor Presidente, só nos chegou ontem à tarde, dificulta muito, apesar da brilhante e sempre interessante intervenção ao vivo, que tem mais subtilezas e mais orientação política, mas efetivamente um trabalho decente, atempado e correto, correspondendo àquilo que é a nossa função, deveríamos receber o relatório e não dois relatórios porque a prática tem sido essa. -----

No primeiro recebemos o relatório dos departamentos e depois o relatório do Senhor Presidente, que com exceção de um ou outro pormenor na área das finanças, e como aqui foi referido, na área de uma outra intervenção designadamente o Câmara à Porta e o PRESERVA, o Câmara à Porta já quase não se fala dele, parece-nos que são dois relatórios e deveríamos de ter um relatório. -----

Aliás este relatório vem do gabinete da Presidência, significa que deveria de ter havido coordenação e o Senhor Presidente tem de ter como prioridade na sua agenda, fornecer à Assembleia Municipal, um relatório e não dois relatórios. Por outro lado isso melhoraria muito aquilo que aqui já foi discutido, termos um relatório mais útil e mais efetivo para análise, aliás proposta da Senhora Deputada Guida Vieira. -----

Voltamos à primeira forma, voltamos a contar parafusos e porcas que foram substituídas, é esse o relatório que nos é remetido com pouco cuidado, porque no início temos janeiro e



*Barbosa*

fevereiro, mas depois vemos que nos mandam a informação do verão passado ou de novembro e dezembro, e isto é mau, isto é fraco, isto é incompetência de coordenação e desrespeito pela Assembleia Municipal. Quando o Gabinete da Presidência com tanta assessoria e tanta competência não é capaz de nos fornecer uma peça que corresponde àquilo que deve de ser. -----

Senhor Presidente tenho aqui um Relatório de Atividades que recebi atempadamente e que me deu tempo para ler, mas o seu só me chegou ontem à noite por via eletrónica, e muitos dos Deputados Municipais de certeza que não o têm. -----

Cabe-lhe a si Senhor Presidente da Assembleia, assegurar que as informações cheguem atempadamente, ou então vamos ter de retirar alguns pontos da ordem de trabalhos, por impossibilidade de analisar o objeto sobre o qual nos devemos pronunciar. -----

Isto são coisas sérias, porque isto é o papel da Assembleia em termos de fiscalização e cumprimento. -----

Este Relatório de Atividades acaba por ser manco e fraco pela incapacidade de coordenação, que não se deve aos serviços, deve-se precisamente à coordenação. -----

É a tal história da Câmara parada, a Câmara trabalha todos os dias, os funcionários dão o seu melhor, quem não trabalha é a Vereação, que não faz o seu papel de coordenação, de liderança e de responsabilidade. -----

Portanto o Senhor Presidente não assume os seus papéis, mostra no nosso entender, algum desrespeito por mandar-nos um papel na véspera para analisar, quando é nossa competência fiscalizar e acompanhar, e resulta num relatório que expõe indevidamente os seus serviços. -----

Se olharmos para aqui, vemos por exemplo, Departamentos que falam de visitas guiadas em setembro, no período a que se reporta o relatório vinte e quatro de novembro, um de dezembro, quinze de dezembro, mas este é o relatório de janeiro / fevereiro. -----

Chegamos a pensar, até recebermos o email com a informação do Senhor Presidente, que desta vez não viria mesmo mensagem nem esta nuance. Há aqui uma discrepância de coordenação, que já deveríamos ter isto tudo mais otimizado, e acho que é uma sugestão que eu voltaria a insistir, que é haver bitolas nos Departamentos porque quantifica-se as taxas cobradas, no outro fala-se mas não vem quantificação. -----

Parece que não há uma organização e que não é apenas uma Casa, como já disse o horizonte temporal é diferente de Departamento para Departamento, mas mais importante do que isto, importa referir aquilo que não está aqui reportado, ou seja aquilo que deveria de estar no relatório e que gostaríamos muito de ver. -----

Dou um outro exemplo, aprovou-se aqui, e penso que a Câmara deve de estar a trabalhar, um Regulamento muito elaborado, foi uma das primeiras medidas, chamado URB\*ART, nos últimos relatórios não se sabe nada disso e a Assembleia tem o direito e dever de saber o que é que se passa. -----

O apoio às Associações e Organizações do nosso Município, já há largos meses que foi aprovado o regulamento e o período de apresentação de candidaturas e também não se sabe dessa atividade através do relatório. -----

Do mesmo modo e louvo o sucesso da candidatura que acabou de nos informar, mas também houve e é uma bandeira do vosso programa, o apoio à criação de emprego e está na altura de sabermos quantos vão ser criados para além desses oito que referiu dos cem que vão participar, e já tendo ultrapassado o período de candidaturas dos jovens em situação de desemprego, gostaríamos muito que o Relatório refletisse isso porque são os verdadeiros problemas e anseios dos munícipes, e se há atividade sobre esses assuntos não se vê no relatório, e se não se vê no relatório, talvez seja legítimo pensar que está dependurado algures. -----

Portanto era importante, nós enquanto Deputados Municipais termos informação porque



sabemos que isso está a acontecer e não percebemos porque é que não é prestada informação, é o dever da Autarquia e do Senhor Presidente prestar. -----

Depois temos aqui o folclore do costume, e continua apesar de nos ter sido dito em várias reuniões, quer aqui, quer em reuniões de outra natureza, de que toda a intervenção na área social passava a estar congregado, mas continuamos a ver uma discriminação de um famoso Programa "Câmara à Porta", que tem um processo entrado e zero, continua a ser o sucesso da vossa bandeira, e à frente aparece o PRESERVA com outras *nuances* e que aí sim, mas como é tudo no mesmo bolo, não se consegue perceber como é que as coisas se passam. -----

Finalmente, o Senhor Presidente anula-se e anula o Relatório que recebe dos serviços, porque referiu, e deu a entender que era um peso e uma limitação a uma herança do passado a obrigação de ter ido recorrer a ajudas e a programas, que estão ao serviço e ao dispor da Autarquia para resolver problemas de passivo ou de situações de gestão financeira. Mas, aqui na página cento e um do Relatório, contraria-se e diz que afinal o PAEL, "contém um conjunto de medidas que visam uma gestão mais eficiente dos recursos públicos", importa pois saber se o senhor Presidente está contra ou se por um lado no seu relatório, lamenta de ter que ter ido ao PAEL. Crítica a gestão anterior porque foi ao PAEL, mas aqui na concretização daquilo que é a boa gestão, já é um bom instrumento. -----

E referindo-nos ao ponto em concreto, o Relatório continua a ser manco, não na parte de conteúdo e na capacidade dos serviços mas naquilo que é o papel e o dever de quem preside ou de quem coordene ou de quem teria a responsabilidade de nos fornecer um instrumento numa qualidade e numa forma, de que isto poderia ser um bom instrumento melhorar no desempenho e na qualidade, não só de vida dos munícipes, mas do papel da responsabilidade daqueles que foram postos nesta Casa e nesta Sala, pelos Munícipes que somos todos nós". -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** disse que iriam levantar um conjunto de questões que já foram suscitadas pela anterior intervenção, como por exemplo no caso da Câmara à Porta, porque há um processo entrado e um mesmo processo anulado. -----

Contudo, aproveitou o ponto quatro da última página deste mesmo Relatório, “Renegociação dos contratos de rendas mensais pagas a terceiros”, para suscitar uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara sobre uma notícia vinculada no Diário de Notícias daquele dia, em relação às rendas em atraso da SocioHabitaFunchal no valor de um milhão duzentos e noventa mil euros, a quantas famílias correspondem? Se em relação a essas famílias, há alguma forma de tentar ajudar que esse compromisso seja assumido junto da Câmara? -----

Abordou também a notícia, vinculada no mesmo matutino, sobre a aprovação da Câmara Municipal na aquisição do espólio de Aragão, porque acha que a mesma mereceria uma nota retificativa, uma vez que o que foi aprovado é verificar se o acervo teria ou não interesse para o Município. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** referiu que embora o Relatório de Atividades apresentado esteja melhor do que era antes, concordou com a opinião do Grupo Municipal do PPD/PSD, sobre a sua melhoria na estrutura e na forma. -----

De seguida começou por referir-se ao **Equilíbrio Financeiro e à Aquisição de Bens e Serviços**, mostrando alguma preocupação nos números apresentados, pois já no mês de janeiro existe uma execução superior ao do ano anterior, em mais de novecentos e sessenta mil euros. Tal como no que toca ao quadro da Aquisição de Bens e Serviços, existir uma diferença em relação ao mês homólogo do ano anterior de cerca de novecentos

*Paulinho*

e sessenta mil euros, que representa mais de sessenta e oito por cento em termos de aquisição de serviços. -----

E por esses valores dependerem de alguns itens, tais como limpeza e higiene, aumento de combustíveis e lubrificantes, e numas outras verbas, gostaria de saber a justificação para tal aumento. -----

Sobre o **Desequilíbrio Orçamental** também verifica um saldo negativo de sete vírgula cinco milhões de euros, que julga dever-se à amortização de capital feito no mês de janeiro. E uma vez que a Câmara está a ter algum rigor em termos financeiros, pelo esforço que tem operado de pagar a tempo e horas, dando origem a uma margem de limite que se pode endividar para fazer face a novas obras que tantos funchalenses esperam, gostaria de saber para quando o início de algumas obras que foram orçamentadas e previstas no Plano Plurianual de dois mil e quinze? -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** começou por congratular esta Câmara por este caminho e esta praxis cada vez mais social, e que com esta atitude de saneamento financeiro desta pesada herança que recebeu, tem credibilizado cada vez mais a Câmara Municipal do Funchal. -----

De seguida fez um reparo por os grupos municipais da oposição não se referirem, sobre a questão inovadora da democracia participativa do Orçamento Participativo. Porque é uma inovação de uma participação ativa das populações, e o cumprir de um programa que respeita a opinião individual dos munícipes. -----

E vem no mesmo caminho e na mesma praxis a inovação, de pela primeira vez no vinte e cinco de abril, e no dia da Cidade vinte e um de agosto a oposição ter voz naquela Casa. O que no passado recente, alguém que quer agora demagogicamente renovar na qualidade e dar voz à oposição, não a deixava falar nas ocasiões atrás mencionadas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** na

sequência da sua intervenção do Deputado Sérgio Abreu, pediu-lhe o seguinte esclarecimento: -----

- Se considera respeito aquilo que se passou no momento da assinatura da tomada de posse do Senhor Vereador Bruno Pereira? -----

- Se considera respeito o que se passou durante o seu discurso em sede de dia da Cidade?

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** esclareceu que não sabe dos pormenores a que o mesmo se refere, mas reprova qualquer falta de respeito pela opinião de cada um. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para esclarecer os Senhores Deputados intervenientes, começando por agradecer ao **Deputado Domingos Abreu** as suas sugestões da melhoria do Relatório de Atividades que é apresentado à Câmara. Pois comunga da importância que o mesmo tem, e para com quem é o Órgão fiscalizador da ação daquele Executivo. -----

Contudo, embora seja um documento que pode ser sempre melhorado, julga que é reconhecido por todos que houve uma evolução daquilo que era uma prática no anterior Executivo, e que há uma distinção propositada, que é a componente política apresentada diretamente por este, daquilo que são os aspetos que considera que são de relevância política. -----

Sobre o URB\*ARTE, como já referiu num anterior Relatório, numa primeira fase dos projetos que foram apresentados, só um foi selecionado pelo júri, o qual ficará situado no auto - silo do Campo Almirante Reis, enquanto os outros por questões de qualidade e de plágio não foram aprovados, apesar do ponto de vista estético ser muito interessante. ----

Quanto aos apoios e candidaturas, encontram-se numa fase final de análise, para depois de apresentados à Câmara serem também alvo de análise por parte desta Assembleia. --

Sobre o Programa de Formação em Contexto de Trabalho está a decorrer e não está



previsto um prazo de encerramento do mesmo. Neste momento encontra-se na fase de entrevistas aos candidatos, que se contabilizam em cerca de mil candidatos. -----

Relativamente ao PAEL, disse que infelizmente esta Câmara teve de recorrer ao mesmo para ter outra postura financeira, ou enveredar por outro caminho invertendo aquilo que tinha sido a sua postura de gestor das contas deste Município. Portanto, na anterior Vereação, teve de ser alguém externo para por ordem naquela Casa. -----

À Senhora **Deputada Herlanda Amado** fez os seguintes esclarecimentos: -----

- Sobre o valor a que se refere a notícia sobre a SocioHabitaFunchal está correto, no entanto ressaltou que isso corresponde a dezasseis anos, acumulado e com juros que têm de ser obrigatoriamente calculados. -----

Para melhor elucidar a situação, referiu que em dois mil e treze, a SocioHabitaFunchal faturou setecentos e noventa e sete mil euros e cobrou setecentos e vinte e dois mil euros, sendo um valor que fica por cobrar por dificuldades dos inquilinos. Pelo que têm sido feitos acordos de pagamento bastante faseados, no sentido de ajudar as famílias nesta dificuldade e não criar mais um problema. -----

- Sobre o leilão do espólio de Aragão, em reunião de Câmara foi aprovada por unanimidade uma proposta apresentada pelo CDS/PP, no sentido de desencadear o processo de aquisição das obras, mediante o parecer de uma peritagem, já feita pelo Senhor Dr. Francisco Clode, desde que se saiba que peças ainda persistem com interesse para a Cidade do Funchal, e que possam ser dado uso, nomeadamente através de uma exposição ou estarem visíveis à população. -----

Para responder ao Senhor **Deputado Lino Abreu**, passou a palavra ao **Senhor Vereador Eng. Miguel Gouveia** que começou por dizer: "Que subscrevo aquilo que disse logo no início, de que temos um mês de análise e estamos a comparar meses homólogos, portanto, temos que contextualizar esta janela temporal naquilo que são as comparações que

fazemos. -----

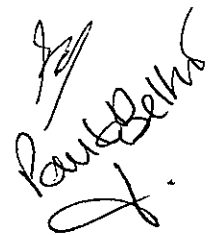
De facto, os encargos com as instalações, limpeza e higiene subiram, e como recordar-se-á no ano de dois mil e treze, foram aprovados planos de pagamento que compreendiam as faturas de eletricidade que estão incluídas na rubrica encargos com instalações. E da gestão de resíduos que estão incluídas na rubrica de gestão e higiene foram feitos planos de pagamento que compreendiam as faturas até dezembro de dois mil e treze. -----

Na prática, o que acontece é que em janeiro de dois mil e catorze não há faturas vencidas a serem pagas, o que significa que no ano passado em janeiro o que se pagou foi a primeira prestação dos planos de pagamentos a cinco anos que foi aprovado. Em janeiro deste ano, estamos a pagar esta prestação do plano de pagamentos que entra nestas rubricas adicionalmente às faturas de água e de encargos com instalações, estamos neste caso a falar num cumulativo, daí advém o facto das despesas correntes terem subido quando comparamos dois períodos homólogos de janeiro do ano passado com janeiro deste ano.

No que concerne à margem de endividamento, em que a nova Lei nº 73/2013, veio estabelecer noventa e nove milhões de euros como o limite de endividamento, se formos analisar à luz da anterior lei das finanças locais, o nosso limite de endividamento estaria este ano em cinquenta e dois milhões de euros. -----

Quando surge o novo regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, a Lei nº 73/2013, veio acompanhada de um conjunto de outras leis, nomeadamente o LCPA - Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso, não significa só por existir capacidade de endividamento para chegar ao seu limite, há também que conseguir manter aquilo que são os fundos disponíveis positivos, para poder assumir novas despesas. Neste caso no limite de endividamento atual à luz da nova lei, é um facto que temos uma capacidade de endividamento, apesar de como já aqui referi, o PAEL que foi assinado, obriga-nos a reduzir os passivos para 50% daquilo que é o orçamento municipal, que são de oitenta e nove





milhões e quatrocentos mil euros. -----

Temos também que ter em consideração o próprio LCPA e um conceito de fundos disponíveis, para pudermos contratar novos empréstimos para aquilo que, julgo todos concordamos, o investimento que o Funchal precisa em prol dos munícipes e da Cidade”.

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Senhora Vice-presidente, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não se encontrava na sala, tendo esta por sua vez passado a palavra ao **Senhor Vereador Engo. Miguel Gouveia** para apresentar o **Ponto dois - Opções do Plano, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, que transmitiu: “Em primeiro lugar quero transmitir-vos que que o valor global do Plano Plurianual de Investimentos, mantêm-se nos doze milhões seiscentos e setenta e um mil euros. A alteração que foi feita a este documento consubstancia-se nos anos de dois mil e dezasseis / dois mil e dezassete, portanto para dois mil e quinze mantêm-se o mesmo montante. -----

Obviamente, uma vez que já estamos em fevereiro e já foram pagos alguns dos passivos que transitaram do ano passado para este Plano de Investimentos, esses passivos refletem aqui em cada uma das rubricas aquilo que foi pago. Portanto a grande alteração reveste-se com um milhão de euros que foi previsto para novas acessibilidades das Zonas Altas, indo ao encontro de aquilo que foi uma proposta de deliberação apresentada pela CDU em reunião de Câmara e aprovada por unanimidade, foi incluído em dois mil e dezasseis para este efeito e em dois mil e dezassete, novamente um milhão de euros. -----

Sendo que para este ano, prevê-se duzentos mil euros para projeto e estudos desta rubrica para as novas acessibilidades das Zonas Altas. -----

Esta é maioritariamente a alteração que foi efetuada neste Plano de Investimentos”. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** começou por

dizer: “Embora não possa de certeza corroborar nem nesta Casa nem em qualquer outra que tenha cariz político, eu acredito que na sua intimidade, por já estar nisto um ano e quatro meses de governação, já se tenha várias vezes arrependido da função que ocupa. De facto, em dezasseis meses, são demasiadas torpecias, demasiados erros e demasiadas situações que se colocam a vós próprios em completo desgoverno da Cidade do Funchal. O caso que vamos agora votar do Plano para dois mil e quinze, é disso um bom exemplo, vamos só fazer um pequeno histórico: em primeira votação do Plano em conjunto com o Orçamento, teve a sua reprovação porque o CDS/PP achava que eram documentos diferentes e que deveriam de ter um juízo diferente. Este era o entendimento do Deputado do CDS/PP, que baralhou-se em relação àquilo que deveria de ser feito e que estava acertado com a Câmara. -----

Na segunda votação, e é aqui que começam os erros graves, uma Câmara que não tem maioria absoluta, um político que não tem maioria absoluta, tem que saber encontrar as pontes necessárias para poder ver aprovados os seus documentos mestres. -----

O que aconteceu na segunda votação do Plano, apenas conversaram com o CDS/PP e esclareceram que não voltariam a se enganar, mas não fez o seu trabalho de casa. Não teve o cuidado, não teve a astúcia e a experiência política para tentar falar com todas as forças novamente, para que já que aconteceu um erro, não repetir. -----

Mas não, o Senhor Presidente veio para esta Assembleia de braços cruzados a ver o que dava, na esperança que passasse. O Senhor Presidente não governou, não negociou, não passou. -----

Então, embarcaram numa odisséia de procura de pareceres jurídicos sobre o que é que seria uma Câmara ter um Orçamento aprovado e não ter um Plano aprovado. Penso que rapidamente se aperceberam que, a qualquer jurista lhe foi essa questão colocada pela primeira vez, não há história na democracia portuguesa de uma Câmara Municipal aprovar



um Orçamento e não aprovar um Plano, e o Senhor Presidente na terceira tentativa chamou os grupos parlamentares para tentar fazer o que já devia de ter feito na primeira vez. ----- Mas, aquilo que nos apresentou foi uma mão cheia de nada, mostrou basicamente o mesmo plano, um ou outro ajuste proposto por um partido da oposição e não nos perguntaram o que é que nós achávamos que deveria de ser alterado no Plano, para poderem receber o nosso voto. Daí que, nessa pequena reunião, nada pudemos concluir se não que o Plano continuava a ser mau, a não servir os interesses da Cidade, e que teria que manter a nossa reprovação. -----

Mas sabemos nós, como Partido responsável do poder e da alternância política, porque sabemos e temos como objetivo voltar a governar e a ter à frente os desígnios desta Cidade, decidimos viabilizar a aprovação do Plano que o Senhor Presidente não conseguiu. -----

O PPD/PSD demonstra dessa maneira que é muito mais importante a vida dos cidadãos e da Cidade, do que as eventuais batalhas, vitórias ou derrotas do plano político que possamos ter. Acreditamos que esse é o caminho certo e porque na boa gestão e na vida é sempre melhor uma má decisão do que decisão nenhuma, neste caso para a Cidade é melhor um mau Plano do que Plano nenhum. E daí que mesmo continuando a dizer e a sublinhar que este é um mau Plano de Atividades para a Cidade, que continua a não contemplar aquilo que são os desígnios e aspirações da população, nomeadamente em termos de investimento e em termos de Zonas Altas, nós continuamos a acreditar que apesar de ser um mau Plano ele deve de ser executado, até para poder ser no fim avaliado e julgado pela população. -----

Mas gostava de colocar a todos, uma pergunta em relação a este tema, não vou incluir nisto os pequenos partidos radicais, desses já sabemos o que esperamos, mas eu lanço aquilo que muitas vezes se usa, que é a pergunta de um milhão de dólares, a pergunta de um milhão de euros é a seguinte: será que este PS, esta oposição que nós temos a nível de

Governo Regional, este PS que nós temos hoje na Madeira, se encontrasse o PPD/PSD numa situação de inferioridade e de dificuldade em aprovar um documento, será que o PS abster-se-ia para permitir que o documento fosse aprovado e que o PPD/PSD pudesse assim continuar e a governar a sua vida e o seu caminho? -----


Do PPD/PSD já sabem como é que nós pensamos que deve ser a política, do PPD/PSD já sabem os cidadãos com que é que podem contar. -----

Por último, Senhor Presidente deixo-lhe um alerta, dizem que conselhos dá-se apenas a quem pede, mas não é um conselho, é um alerta da nossa parte, se para evitar uma terceira trapalhada o PPD/PSD vai abster-se para o documento ser aprovado, não quer com isto dizer que o documento para dois mil e dezasseis, o PPD/PSD tenha a mesma compreensão e a mesma compaixão por V. Exa". -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM** interveio para esclarecer o Senhor Deputado Rui Cortez que aquele, PS sempre foi e sempre será mais democrata que o PPD/PSD. -----

**3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** sobre este ponto disse: "Aquando da discussão do Plano e Orçamento da Câmara Municipal do Funchal para 2015, a CDU apresentou um conjunto de propostas relacionadas com o investimento nas Zonas Altas e Super Altas para a melhoria ou construção de acessibilidades, assim como para a intervenção nos bairros sociais. Estas constituíam algumas daquelas que considerávamos prioritárias em termos de investimento e às quais deveria a Câmara Municipal dedicar especial atenção. -----

Para a CDU, a aceitação deste conjunto de prioridades constituía fator determinante para viabilizarmos a proposta de Plano apresentada pelo Executivo. Não verificámos à altura abertura por parte da Coligação para considerar este conjunto de preocupações, nem mesmo com a recomendação da Assembleia Municipal para ser considerado o investimento



nos bairros sociais, na promoção e reabilitação de habitação. -----

Esta nova proposta de Grandes Opções do Plano apresentada pelo Executivo, embora não sendo o que a cidade e o concelho necessitam, contempla e assume, de uma forma faseada, valores para investimento nas Zonas Altas e Super Altas. Não sendo o ideal, não sendo o necessário para combater as assimetrias, no entanto, a abertura demonstrada leva-nos a optar por viabilizar o Plano proposto.” -----

**4. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** referiu: “Penso e espero que à terceira seja de vez, aliás os munícipes não compreendem a reprovação sem algum sentido do Plano apresentado anteriormente. O valor global mantém-se, a alteração referida é referente aos anos de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, e segundo todos nós sabemos e em abono da verdade, sempre existiu abertura para questões, para propostas a realizar para com este Plano. -----

As propostas foram apresentadas pela CDU, o PPD/PSD a reboque, porque sabe que os munícipes não perdoam por ser uma clara e inequívoca força de bloqueio a esta Câmara, já não pega o discurso em tom de comício a dizer que a Câmara está parada. E muitos têm-se apresentado nesta Casa, não apresentando qualquer sugestão, não apresentando nas discussões públicas qualquer proposta e depois vêm para aqui falar que não foram ouvidos, quando está previsto e há mecanismos para apresentarem sugestões e propostas de alteração, colocando sempre em primeiro lugar as questões partidárias e demagógicas, e seria fundamental que todos nós tivéssemos em conta de que é importante uma nova praxis política, uma verdadeira renovação não na renovação da continuidade em que o sentido de estado seja uma realidade, de que o serviço público seja uma realidade e estejamos em prol das populações e dos funchalenses”. -----

**5. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** declarou: “Nós

neste ponto, em termos de importância para a vida municipal, é o prato forte que nos traz aqui hoje, e digo nomeadamente ao Senhor Deputado Sérgio Abreu à terceira é de vez.

Nós PND, e eu aqui também carrego esse "fardo", aquando da sessão de novembro passado, um voto nosso permitiu a inviabilização do Orçamento, com a abstenção do Deputado Eduardo Welsh. Nós os restantes, não seguimos essa posição e mantivemos a posição relativamente ao Plano Plurianual de Investimento mas na sessão que se sucedeu em dezembro. -----

Este Plano, nós continuamos a achar que merece a nossa censura, como já foi dito não é o Plano que a Cidade merece nem os Funchalenses exigem. Contudo, e após todo esta celeuma que se criou, inédito com uma Câmara com Orçamento mas sem Plano, nós neste momento vamo-nos abster relativamente a esta votação. -----

Nós identificamos nas alterações propostas pela CDU algumas melhorias mas que não fazem disso de facto o Plano que o Funchal merece e exige. -----

Apenas fico-me por estas palavras, fomos aqueles que votaram contra este Plano, considerados forças de bloqueio e de coligação negativa. Ora bem, nós hoje em dia consideramos que há coligações negativas aí por fora, de maneira que deixamos todos os instrumentos na mão deste Executivo para exercer as suas ações naquilo que construiu e com os contributos que também teve de algumas forças oponentes". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** pediu um esclarecimento ao Deputado Donato Macedo, se este sabe ou não, que o Senhor Deputado Eduardo Welsh votou a favor deste Plano na primeira votação que foi realizada naquela Casa? E quais foram as sugestões da sua bancada para modificar este Plano? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** esclareceu que cada um responde pela sua própria coerência, pois já referiu na sua intervenção, "carrego esse fardo enquanto representante deste grupo municipal". -----

  
Paulo Bettencourt

Contudo, não quer ficar alocado pessoalmente em relação a esta coligação negativa, à qual irão, certamente, ainda retratar-se. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** quis relembrar ao Senhor Deputado Rui Cortez que o atual Executivo, é o mais democrático que a Câmara já alguma vez teve. -----

Pelo que, este Plano não foi aprovado, por falta de capacidade ou falta de experiência de uma autoridade política, mas por um erro assumido por parte do CDS/PP, aquando da primeira votação do mesmo, e pela mudança de orientação de voto por parte do Senhor Deputado Eduardo Welsh, na segunda votação. Face a esta situação, e depois da auscultação de todos os partidos, trouxeram um novo documento. -----

Contudo, a responsabilidade do PPD/PSD só acontece e é acrescida por não apresentarem uma única proposta naquele Orçamento, e quando outras forças partidárias anunciaram e disseram publicamente, que iriam inviabilizar o mesmo, ficando patente que a intenção dos mesmos é bloquear esta Câmara e parar a ação daquele Executivo. -----

Assim, distinguiu a posição do CDS/PP e da CDU, por terem sido partidos responsáveis com a apresentação de propostas. -----

Todavia, no passado mesmo com maioria absoluta por parte do PPD/PSD, outros partidos como o CDS/PP e o PS, aprovaram e viabilizaram o Orçamento e o Plano. E, atualmente, mesmo nas Juntas de Freguesia que são do PPD/PSD, por parte da Mudança tem havido responsabilidade de viabilização desses mesmos Orçamentos. -----

Por essa razão quis salientar e registar, a importância da aprovação deste documento, viabilizando doze milhões de euros de investimentos para a Câmara do Funchal, que poderão estar comprometidos se o mesmo não for viabilizado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** pediu o seguinte esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara: "O que acabou de dizer é completamente falso, e o Senhor ainda por cima foi meter-se com quem esteve na reunião

para apresentar propostas. O Senhor não vai enganar os munícipes dizendo que nós não apresentamos propostas, o Senhor não vai enganar os munícipes dizendo que o PPD/PSD quer bloquear a Câmara. -----

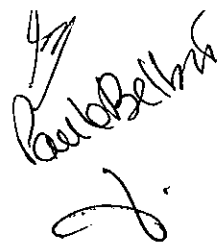
Nós fomos chamados, e eu estive, juntamente com o meu colega Domingos Abreu, presente na reunião com o seu Vereador e levávamos uma série de propostas de áreas que queríamos ver contempladas no Orçamento. O Senhor Vereador começou por apresentar o que é que era a proposta de Orçamento e Plano para a Câmara, e no fim da sua intervenção eu perguntei se valia mesmo a pena apresentarmos as nossas propostas, e se elas são para serem tidas em conta e incluídas no Orçamento, ou vocês já negociaram a aprovação com o CDS/PP e as nossas propostas de nada servirão? - O Senhor Vereador encolheu os ombros com um sorriso. -----

Nós facilmente depreendemos que a proposta de Orçamento já estava, porque no ano anterior o CDS/PP já tinha dito que os Senhores poderiam dormir descansados. -----

Portanto, o Senhor Presidente que não venha com "falinhas mansas", dizer que a culpa é do PPD/PSD, porque nós sabemos o que é a nossa responsabilidade. Sabemos também que se um Governo está em minoria e querem incluir propostas da oposição, abram o livro e passam a negociá-las diretamente. -----

Nós saímos dessa reunião perfeitamente informados de que a vossa proposta estava concertada com o CDS/PP e que estaria viabilizada, daí que era apenas um formalismo, a que são obrigados por Lei, de nos ouvir. Não venha dizer que é democrata e que vem ouvir a oposição para perguntar por propostas, porque isso é uma obrigação que decorre da lei. O senhor presidente disse na sua intervenção que nós queremos bloquear a Câmara, só que ela não precisa dessa nossa ajuda, ela não precisa de bloqueadores, ela já tem os quatro bloqueadores às quatro rodas, o que nós estamos hoje aqui a fazer é retirar um bloqueador de uma das rodinhas, porque senão não viabilizávamos. -----





E o Senhor Presidente disse que nós aprovamos, porque já sabíamos que ia ser aprovado, mas nós decidimos o nosso sentido de voto logo à saída da reunião que tivemos convosco, e comunicamos à comunicação social, sem qualquer hipótese de saber por quem é que ele seria viabilizado, portando é falso o que disse e está a tentar enganar os munícipes mas eles não são parvos". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que houve uma conversa tida com o Senhor Vereador numa reunião entre os mesmos, e que também é falso que tinham qualquer acordo com o CDS/PP, pelo que fica com o mesmo essas suas afirmações. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia** esclareceu: "Que é verdade que a nossa conversa foi rápida e cordial, de resto o que disse o Senhor Deputado Rui Cortez é falso, eu não apresentei o Orçamento, porque o mesmo não estava concluído, o que apresentei foi um conjunto de compromissos para 2015. -----

Agora, encerra aqui alguma incoerência, porque se por um lado acusam-nos de não dialogar, e na prática verifica-se que tiveram uma reunião, em que, como disse o Senhor Presidente, não houve qualquer acordo, porque eram reuniões prévias para recebermos as vossas opiniões sobre o orçamento. E antes deste documento que agora vamos votar, houve um conjunto de reuniões, em que o Senhor Deputado Rui Cortez não esteve presente, mas sim o Senhor Deputado António Domingos Abreu e o Senhor Vereador Paulo Atouguia. -----

Nessa reunião, posso também vos clarificar que foi uma reunião tida depois da reunião mantida com os Senhores Deputados Municipais e o Senhor Vereador da CDU, e foi transmitido na reunião aquilo que já tinha sido acordado com a CDU, nomeadamente a inclusão desta rubrica que há pouco vos expliquei. Obviamente já sabiam que a CDU tinha anuído à viabilização deste Orçamento com base nesta inscrição. -----

Se sorri é porque tivemos uma conversa simpática, mas não no sentido de não inclusão de

qualquer proposta provocando uma inferência errada da sua parte”. -----

--- **De seguida o Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto dois** que esteve em discussão à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e dezasseis abstenções, sendo catorze do PPD/PSD e duas do PND.** -----

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO.** -----

--- **Ponto três - Projeto de Regulamento do Programa Municipal de Atribuição de Habitações Sociais do Município do Funchal, em observância do disposto na al. k) do nº 1, do artigo 33º, conjugada com a al. g), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09,** o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Madalena Nunes que apresentou o seguinte: “Desde que entrámos como executivo na CMF, temos tido a tarefa de criar e implementar uma série de programas de apoio à população mais desfavorecida, de forma a ajudar a melhorar a sua qualidade de vida e o seu acesso a produtos essenciais à construção de uma vida digna. -----

Chegou agora a vez de trazer perante Vós um regulamento que clarifica e normaliza o acesso dos munícipes com carências sociais e económicas a uma habitação condigna, em condições de higiene e conforto e que promova o bem-estar dos agregados familiares apoiados por nós com habitação social. -----

A exemplo da nossa prática, este documento esteve em apreciação pública durante um mês, aberto a contributos de qualquer pessoa que quisesse envolver-se nesta temática e foi aprovado em reunião de câmara no passado dia dezanove de janeiro. -----

É um documento essencial para, de uma forma transparente, se perceber quais são os critérios de atribuição de habitações sociais da Câmara do Funchal. Ao longo de vários meses foi testada e afinada uma grelha de pontuação, que ajuda a seriar os cerca de três mil agregados familiares candidatos a habitação social do município e que faz parte



integrante do regulamento de atribuição de habitação social que aqui apresento. -----

Muitas pessoas que recebo ou com quem falo, perguntam: Como são tomadas as decisões das pessoas com este pelouro ou com cargos de decisão na SHF? Como decidem a quem se entregam as poucas casas disponíveis? Desde o início que sempre as deram aos amigos! -----

É nesse sentido que consideramos verdadeiramente importante tornar públicas e claras as normas pelas quais se rege a atribuição das habitações sociais do município. -----

Sei que leram atentamente este regulamento e, por essa razão, permito-me só realçar alguns aspetos que são para nós importantes em termos de clarificação: -----

1. O primeiro artigo do presente regulamento estabelece que as condições de acesso a habitação social são alvo de um **procedimento concursal**. Este procedimento está estipulado na Lei nº 81/2014 de dezanove de dezembro, artigo décimo. Se lermos esse artigo com atenção, verificamos que este “procedimento concursal” se refere a três tipos de concurso: por classificação, por sorteio e por inscrição. No caso deste regulamento, usamos o concurso por inscrição. Ou seja, as pessoas ao inscreverem-se na SHF para terem acesso a uma habitação social já estão a cumprir esse procedimento. -----

2. Outro aspeto que gostaria de clarificar, pois poderá levantar dúvidas, é o que surge no artigo dezanove e que diz respeito à “Publicitação”. Prevê-se nesse artigo que a listagem dos pedidos devidamente ordenada estará disponível no serviço de atendimento e na página da internet da entidade gestora. Podem as senhoras e os senhores deputados, ou o público em geral, questionar-se, e muito legitimamente, se estarão devidamente salvaguardadas as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais dos candidatos. Permitti-me trazer um exemplo desse tipo de lista, com a informação lá disponível e que está a ser distribuída. Fizemos uma cópia para cada duas pessoas, para poupar papel. Poderão verificar que os dados pessoais estão devidamente protegidos,

poupar papel. Poderão verificar que os dados pessoais estão devidamente protegidos, embora nos nossos serviços cada um desses números correspondam a pessoas concretas.

3. Para terminar, quero referir-me ao anexo II deste regulamento, que contém a matriz de classificação que nos permite ordenar com o critério possível os três mil agregados familiares. São tidos em conta diferentes tipos de fatores: os relacionados com o tipo de habitação, com as condições de habitabilidade dessa mesma habitação, os sociais e os financeiros. É um tipo de grelha usado em muitas empresas municipais de habitação, foi testado e afinado ao longo de quase um ano e é o que aqui apresentamos para ser aprovado como parte integrante deste regulamento. -----

O direito a uma habitação condigna é essencial para se conseguir alcançar um nível de vida digno, para lá da simples sobrevivência. -----

A atual crise económica, social e financeira agravou as condições em que as famílias vivem. Estas graves carências financeiras refletem-se numa acentuada descida das condições habitacionais de muitos munícipes do Funchal, o que fez engrossar as listas de espera por habitação social da SHF. -----

O que hoje pomos à Vossa consideração é uma proposta que pretende seguir os princípios da transparência, da igualdade, da diferenciação positiva, da equidade social, da justiça e da imparcialidade. Contamos que concordem connosco e que nos deem o Vosso voto positivo, a bem dos munícipes da nossa cidade. -----

Notas: -----

No que diz respeito à habitação social, de acordo com os dados de dois mil e doze da DR Estatística, no Funchal existem três mil quatrocentos e vinte e cinco fogos de habitação social. Desses, mil duzentos e cinquenta e cinco pertencem à SHF. Diversos: vinte e nove fogos. Possuímos ainda vinte e três alojamentos arrendados”. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

*Paula Barros*

**1. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV** expôs o seguinte: "Consideramos importante a existência de um regulamento que contemple as condições de acesso, atribuição e posterior gestão da habitação, assim como o conjunto de direitos e deveres que os contemplados com habitação nestas condições estão abrangidos. -----

Sendo uma iniciativa que pretende responder a uma questão objetiva, como primeira base de intervenção, parece-nos estar em condições de ser aprovada. -----

Com a efetivação do regulamento, certamente que alguns aspetos poderão ser reavaliados e posteriormente alvo de alterações. -----

Um dos aspetos a salientar pela positiva passa pela definição, logo no artigo quinto, de exceções destinadas a suprir situações de emergência ou de outro tipo de vulnerabilidade social, resultantes de diversas situações, entre as quais a violência doméstica. -----

Parece-nos apropriado e premente contemplar estas questões, restando saber que capacidade terá o Município para fazer face às mesmas. -----

No cômputo geral, parece-nos ser uma proposta com aspetos positivos pelo que iremos votar favoravelmente." -----

**2. A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Barcelos Martins, do GMM** disse o que se transcreve: "Em boa hora o Executivo camarário, liderado pela Mudança, vem propor à Assembleia a discussão e aprovação de uma proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Habitações Sociais do Município do Funchal. -----

Esta proposta vem à discussão e aprovação nesta Assembleia: -----

- Num momento em que os munícipes do Funchal atravessam um período difícil e de agravamento das suas condições socioeconómicas, e para tal apenas ter em o facto da taxa de desemprego ter atingido os quinze, vírgula um por cento (dados da Direção Regional de Estatística no quarto trimestre de dois mil e catorze) contra os treze vírgula um


por cento (dados do Instituto Nacional de Estatística em igual momento) para o todo nacional. -----

- Num momento, em que à data de ontem, estão inscritos na SocioHabitaFunchal três mil cento e noventa e sete agregados familiares para a obtenção de habitação social. Sendo de realçar que o número de novas inscrições se tem mantido superior a cem agregados por ano nos últimos dez anos. -----

A conjugação destas duas realidades, ao que se alia a falta de um regulamento municipal que defina as regras para a atribuição de habitação social no concelho do Funchal, que até agora eram decididas com base num documento interno da SocioHabitaFunchal, só por si justificam a necessidade de um regulamento municipal que defina os instrumentos / regras de trabalho que contribuam para um processo de decisão e gestão do património de habitações sociais da Câmara Municipal do Funchal, que com um regulamento aprovado por esta Assembleia será mais claro e transparente. -----

A proposta de regulamento Municipal de Atribuição de Habitações Sociais do Município do Funchal, que hoje estamos a discutir, tem como méritos: -----

- O mais simples: a sua existência; -----
- A definição do processo de habitação social como um procedimento concursal, logo no seu artigo primeiro, a exemplo do que é definido na Lei nº 81/2014 de dezanove de dezembro, que no seu artigo décimo prevê o concurso por inscrição que passo a citar: “O concurso por inscrição tem por objeto a oferta das habitações que são identificadas, em cada momento, pela entidade locadora para atribuição em regime de arrendamento apoiado aos candidatos que, de entre os que se encontram à altura, inscritos em listagem própria...”;
- A definição dos princípios norteadores de atribuição de habitação social e as condições de acesso, como decorrem do artigo décimo oitavo; -----
- A criação de uma matriz de classificação da qual decorre a seriação dos candidatos numa



lista, artigo nono e décimo. Esta matriz faz a seriação dos candidatos de acordo com quatro critérios: avaliação da habitação atual; as condições de habitabilidade, o fator social; e os escalões de rendimento: -----

- A formalização das relações entre a SocioHabitaFunchal e os seus arrendatários. Desde logo pela tipificação do contrato de arrendamento e da definição das obrigações dos arrendatários e membros do agregado familiar. -----

Senhor Presidentê da Assembleia Municipal, a aprovação da proposta de Regulamento Municipal de atribuição de Habitações Sociais do Município do Funchal marca uma clara rutura com o passado, e os procedimentos anteriores de atribuição de habitação social pela Câmara Municipal do Funchal. Antes com base num documento interno, e no futuro aplicando um regulamento com princípios, critérios e procedimentos claros e transparentes. Uma vez mais, a Mudança marca a diferença de comportamento. Da existência de regras ou regras opacas passamos a regras claras.” -----

**3. A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** elucidou: “Vimos neste ponto debater o “Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição das Habitações Sociais do Município do Funchal”. -----

Um Regulamento que tem como objeto estabelecer as condições de acesso, de atribuição e de exclusão das habitações que integram o património municipal. -----

Um Regulamento cujos seus alicerces são os princípios da transparência, da igualdade, da publicidade e da imparcialidade, entre outros. -----

E nenhum de nós poderá deixar de concordar que a existência de Regulamento, de per si, não prejudica a atividade pública, mas poderá não ser suficiente para solucionar os problemas, ou parte deles, que estão subjacentes à sua existência. -----

E não queremos dizer com esta leitura que votaremos contra este Regulamento. O Grupo Municipal do PPD/PSD votará favoravelmente por entender que tem de existir disciplina,

assuma a forma que assumir, mas não sem antes tecer algumas considerações. -----

E começamos pela reunião de Câmara de quatro de dezembro de dois mil e catorze, onde a Senhora Vereadora Dra. Madalena Nunes, pediu o contributo de todos na apresentação de propostas, e bem, tendo um dos Senhores Vereadores do PPD/PSD apontado uma série de questões que deveriam / poderiam ser revistas e para as quais remeto e que são públicas. -----

Note-se que as questões levantadas vêm de uma pessoa com experiência nesta área em concreto e que, por isso, tem uma maior sensibilidade para aperceber-se do real impacto das soluções. -----

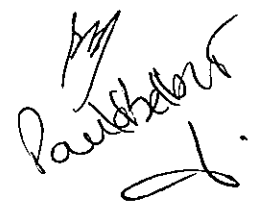
Atendendo a que vamos votar a versão final do regulamento e que da documentação remetida resulta claro que não houve qualquer alteração à versão preliminar, quer por via da discussão pública, quer por via oficiosa, perguntamos se o executivo camarário teve em consideração as observações aduzidas pelo PPD/PSD na reunião camarária? -----

Passada esta questão mais técnica, mas atempadamente colocada em reunião de Câmara, debruçemo-nos sobre os problemas que o Regulamento visa amenizar ou extinguir: essencialmente regular a atribuição de fogos existentes e que fiquem devolutos e gerir o património municipal. -----

E aqui gostaríamos de saber quantos fogos ficam devolutos por ano e que possam ser atribuídos às pessoas inscritas, porque, na verdade, deparamo-nos com um desinvestimento social, que se traduz em valores para recuperação dos bairros sociais muito baixos, ausência de construção e pouco ou nenhuma reabilitação urbana. -----

E note-se que o montante previsto em Orçamento para os Regulamentos "Sociais", tais como o "Câmara à Porta", o apoio à compra de medicamentos, entre outros, tem uma adesão tão fraca, para não falar do âmbito redutor do programa Preserva, que esse "chapéu





financeiro" poderia estar canalizado para responder a parte dos problemas habitacionais do Município do Funchal. -----

E convenhamos que alguns destes programas não funcionam por causa da falta de divulgação ou da má interpretação dos seus regulamentos por parte dos munícipes. Aquilo que visam colmatar não compensa face à burocracia criada. -----

E não se deduza com isto que somos contra apoios. Não, não somos contra apoios! Mas, por exemplo, em relação aos medicamentos, a Segurança Social tem resposta para estas situações! Canalizemos os meios para aquilo que poderá efetivamente resolver problemas! É que não basta ter sensibilidade para as questões sociais para sabermos resolvê-las, como também não é suficiente querer fazer o bem; é preciso fazê-lo bem feito. -----

Repare-se que de acordo com o que resulta da cláusula sexta do contrato programa a celebrar entre a CMF e a SocioHabita que iremos votar nesta sessão, estão inscritas três mil e duzentas famílias, número que já indicia alguma dificuldade prática na atribuição de habitação social, e em que um dos objetivos é realojar até doze famílias!! -----

Então, perante isto, qual o resultado prático do Regulamento? Não entremos em respostas fáceis, porque o problema é sério! A resposta não pode ser, porque antes não existia! É verdade, não existia! -----

Mas existia uma lista de famílias inscritas, lista essa que constava em anexo aos protocolos celebrados entre a CMF e o Instituto Nacional da Habitação e que era cumprida. E efetivamente muitas famílias tiveram habitação social. -----

Pode-se dizer: não se faz mais porque temos a dívida da CMF. Dívida que também resulta do investimento feito nesta área. -----

Então repensemos nos programas existentes e reequacionemos a sua manutenção, se ela faz sentido, como por exemplo o Câmara à Porta. -----

Paremos para discutir formas de financiamento para investir na habitação social,

aproveitemos os contributos dados pelos vários intervenientes na sessão sobre a habitação, sentemo-nos primeiro para discutir os problemas, aprofundar e estudar tudo aquilo que pode trazer meios financeiros, procuremos soluções concretas com planos de intervenção para médio / longo prazo. -----

O Município do Funchal precisa de respostas, mas de respostas pensadas e não de pensos rápidos. -----

Atribuir com disciplina e com justiça? Sim é fundamental! Gerir o património é importante. Mas na verdade, sempre que atribuírem uma habitação a uma família haverá sempre uma outra que reclamará pela prioridade do seu problema, porque para ela, a sua dor é maior e mais importante na área social nunca tem fim e nunca é plena. É inquietante e perturbadora, é sem dúvida das mais difíceis de gerir. -----

Dá trabalho, dá. É fácil, não. Mas esta questão precisa de uma intervenção estruturante, de futuro e que leva o seu tempo. Não permitirá encher de imediato as páginas do jornal e nem tão pouco descarregar mais um objetivo do programa eleitoral, mas terá como efeito uma intervenção ponderada e assertiva. -----

O grupo municipal do PPD/PSD está disponível para contribuir em prol de um debate sério sobre a habitação social e empenhado em cooperar na procura de soluções. Os munícipes podem contar connosco. -----

Como nota final, é a questão da degradação dos bairros sociais, não pelo seu uso ou pelo seu tempo, mas pelo uso indevido dos inquilinos. O que se traduz num grande problema, porque implica também um grande investimento público na sua recuperação. -----

Chegarmos às pessoas é complicado porque fazê-las ver que aquilo que ali está foi construído com base num contributo geral através dos impostos, é difícil passar esta mensagem. Nós achamos que temos de fazer um trabalho maior nessa área, uma maior fiscalização, uma maior sensibilização e fazer ver às pessoas que aquilo que ali está para

*Paul Belmont*

além de ser um direito, é também um dever a sua manutenção e o seu bom uso. E isto é muito complicado porque não é populista e pode não ter um reflexo que nós queremos que é nos votos. Por isso é que muitas vezes estes assuntos são escondidos e não são tratados frontalmente, mas acho que devemos encarar a perspectiva dos deveres na habitação social, como uma questão prioritária como o direito à habitação.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM** ripostou: “É lamentável que a Senhora Deputada Raquel diga que “o programa da Câmara é redutor e não tem adesão.” É de um total desconhecimento, vê-se que a Senhora Deputada ou está aqui por engano, ou entrou aqui hoje pela primeira vez ou não tem conhecimento nenhum dos bairros sociais. -----

O que acabou de dizer é uma pura mentira, porque tenho conhecimento e documentos que provam o contrário. -----

O Programa dos Medicamentos foi o que neste momento teve maior aderência, tenho a melhor perceção deste Programa e as pessoas estão muito satisfeitas com o que o Presidente da Câmara e com o nosso programa da MUDANÇA. -----

O Programa PRESERVA começou há cerca de um mês e tem inúmeras pessoas a pedir apoio, e espero que haja capital financeiro para que esta Câmara possa atender a tantos pedidos. -----

O que infelizmente, a Senhora Deputada não sabe é que o anterior Executivo, de quem também a Senhora Deputada fazia parte, qual foi a dívida que deixou e pergunto-lhe se fez algum programa no sentido de arranjar os tetos das casas das pessoas?” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** esclareceu: “Não esqueço a minha herança política, não posso fazê-lo, não seria correto da minha parte nem tão pouco dar a entender, que agora é tudo novo e que começou tudo

de novo e esqueço onde estive estes anos todos. Também não pense que com esse tipo de intervenção faz-me sentir inferior ou abaixo por continuar a ser do PPD/PSD. -----

A minha convicção mantém-se e eu vou continuar a ter a minha postura e vou continuar a lutar por aquilo que são as minhas convicções, independentemente de estar no PPD/PSD. Portanto, não é também por estar no PPD/PSD que valem menos ou somos menos, porque também há gente boa no PPD/PSD, gente capaz e competente, gente que fez um bom trabalho, como no seu partido. -----

Agora a outra questão da habitação social, nós também ajudamos muitas famílias através da atribuição de habitação e também através da ASA. Sobre a questão da Asa e os problemas que surgiram foram já discutidos na Sessão Especifica sobre Habitação, através de uma intervenção nossa, a par dessa situação muitas outras foram resolvidas através dessa Associação, isso também não pode ser negado. -----

Quanto à questão de eu estar aqui por engano, acho grosseiro da sua parte essa sua intervenção, porque eu estou aqui por engano como o Senhor, porque eu cheguei aqui da mesma forma, e agradecia que mais nenhuma vez se dirigisse a mim dessa forma porque não me dirijo a si dessa forma. -----

Em relação à nossa intervenção enquanto grupo municipal e enquanto cidadãos atentos aos problemas, a questão social é uma questão que me diz muito e ao grupo municipal, e com esta intervenção nós não pretendemos deitar pedra no trabalho, o que nós queremos dizer e queremos firmar aqui é o assumir de um compromisso com o Executivo camarário para trabalharmos num problema muito sério, que já se arrasta há muito tempo e estamos disponíveis e dispostos a unir forças para combatermos ou para diminuirmos o problema da habitação social, fora destas gritarias e insultos, estamos aqui, podem contar connosco. De certeza que todos nós temos algum contributo a dar, e é esse sentido que esta intervenção tem e não, mais uma vez, de jogar pedra, não quero que seja entendido assim



porque essa não é a nossa postura”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM** voltou a retorquir: “A Senhora Deputada quando faz aqui uma afirmação que os nossos programas quer o dos Medicamentos, quer o Programa PRESERVA, não passa de um programa redutor e que não tem grande importância e grande aderência, é nessa situação que eu considero que a Senhora Deputada está fora de contexto e por essa razão, digo que não está aqui a fazer nada, desconhece o assunto ou então tem que pedir informações à nossa Vereação para saber o que se está a passar, ou na sua Junta de Freguesia pode muito bem pedir informações. Porque eu não acredito que na sua junta freguesia não esteja lá inúmeros pedidos para medicamentos e para a recuperação da casa, pois eu sei que existe. Portanto, o problema aqui, quando se fala e se faz uma comparação com a ASA, é lamentável que se faça essas comparações, porque o nosso Programa PRESERVA é um programa completamente diferente do da ASA, é um programa que vai ter a melhor justiça de sempre e que vai ter a melhor criatividade e o melhor critério de sempre, e digo-lhe porquê. Porque quando eu passo por Santo António, por algumas zonas de Santa Maria Maior e por algumas zonas de São Roque, encontrei telha e ferro ao desbarato e já enferrujado há anos, portanto essa ASA, funcionou mas foi para encher os bolsos dos amigos”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** voltou a responder: “Senhor Deputado, o resultado dos programas está no relatório de atividades, o “Câmara à Porta” eu não inventei, ninguém aqui andou a sonhar de noite para dizer de dia. E mais uma vez em relação ao eu andar aqui a não fazer nada, lamento que o Senhor tenha essa opinião sobre mim porque ao invés do Senhor se preocupar, talvez em me conhecer ou conhecer as pessoas que de vez em quando ataca, o Senhor preocupa-se não em conhecer o programa de uma forma séria e justa e em conhecer as pessoas, mas pura e

simplesmente a atacar, mas isso deixe que lhe diga é uma tónica sua e quase como uma regra no seu comportamento”. -----

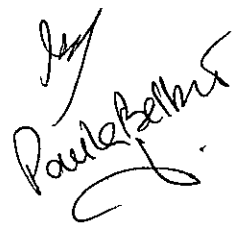
**4. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** disse.

“Claramente nós também vamos votar favoravelmente este regulamento municipal, porque isto vem de alguma forma disciplinar aquilo que possivelmente faltava regulamentar, aquilo que faltava disciplinar. -----

Nós verificamos que o objetivo disto é “estabelecer as condições de acesso, atribuição e exclusão das habitações que integram o património municipal, através do procedimento concursal, aplicando-se a toda a circunscrição territorial do município do Funchal”, agora eu penso que o que nos preocupa, para além de ser importante o regulamento, e preocupa aos funchalenses e as centenas de famílias que hoje vivem em dificuldades e que se debatem diariamente pela falta de condições, e é aqui que a Câmara deve de ter um papel e uma preocupação de minimizar as centenas de famílias que passam grandes dificuldades em obter a sua habitação social. -----

Eu estive a consultar o Orçamento para dois mil e quinze e apenas vi pouco mais de seiscentos e sessenta mil euros, no que toca a investimento relacionado com a habitação social, o que representa tão só um por cento do valor do orçamento e cinco por cento das despesas de investimento, aqui é que toca o problema central que é a falta de investimento, do que é necessário fazer e fazer a todo o custo de modo a minimizar as centenas de pessoas. -----

A grelha que acabou de nos entregar, demonstra que existem já processos de dois mil e um e que a sua pontuação merecia a entrega imediata a essas pessoas que pediram auxílio no que toca a habitação. Vejo aqui casos com pontuação máxima há espera desde dois mil, dois mil e um e dois mil e dois, e que esta Câmara e a dos mandatos anteriores não foram capazes de resolver, não vou falar do passado, o que me preocupa é hoje e o futuro.



Diz-nos que a Câmara tem de ter uma sensibilidade e um investimento maior neste setor, o setor social desta Câmara é uma das suas preocupações mas não chega, é preciso ir no que toca à habitação social, e a habitação social, no Concelho do Funchal, tem uma necessidade de mais de três mil habitações, não vamos a todas, mas ficava satisfeito se fossemos capazes de socorrer estes sessenta casos que a Senhora Vereadora nos entregou. -----

Por isso mesmo, pedia que no próximo ano, e porque não até neste ano que estamos a entrar, passados dois meses se houvesse uma necessidade de fazer um orçamento rectificativo e que se alterasse o valor previsto para dois mil e quinze no que toca a habitação social. -----

Isso seria sim uma boa notícia para o Funchal, seria sim ir ao encontro daqueles que mais precisam, seria sim ir ao encontro de um fator importantíssimo que é dar uma habitação social digna a quem precisa”. -----

— **A Senhora Vereadora Madalena Nunes** esclareceu os intervenientes: -----

- “Deputado Jorge Reis mencionou algumas questões que são também a nossa maneira de ver, como por exemplo, *este é um regulamento que entrará em vigor mas que está em constante avaliação*, portanto tudo será avaliado e se necessário reavaliaremos e traremos aqui à Assembleia novas questões que nos ajudem a melhorar o trabalho que é feito a partir deste regulamento. -----

Também menciona uma questão, que também foi mencionada pela Senhora Deputada Raquel Silva e pelo Senhor Deputado Lino Abreu, que é, *qual a capacidade que a Câmara tem para responder a estas questões*. -----

Efetivamente quando chegamos à Câmara, o que temos é uma lista de três mil agregados familiares à espera de habitação. É uma verdade que os mesmos estão duplamente inscritos, porque estão inscritos na SocioHabitaFunchal e na Investimentos Habitacionais

da Madeira. -----

Se bem se lembram, naquela Sessão sobre a Habitação, no Funchal existem três mil quatrocentos e vinte e cinco fogos de habitação social, e desses, mil duzentos e cinquenta e cinco pertencem à Câmara Municipal do Funchal. Quer dizer que nós temos uma capacidade de resposta muito pequena em relação áquilo que existe e ao todo do Governo Regional. -----

Como tal, a nossa capacidade é muito pequena, como é evidente, e a Senhora Deputada Raquel Silva, mencionou também o que vem na minuta do contrato-programa, perguntou quantas famílias e quantos agregados conseguimos nós colocar por ano? Em média o número é mesmo esse, doze / treze agregados por ano, digamos que é um por mês. Portanto, a capacidade de resposta, temos de concordar, que é e tem sido diminuta, e foi por isso que se calhar se chegou a este número que nós temos em lista de espera de três mil pessoas. -----

Agora, também gostava de lembrar que nos Viveiros, um bloco que dá alojamento a vinte e quatro famílias, custou um milhão e duzentos mil euros, portanto o nosso fundo de investimento social tem um milhão de euros. Portanto, para nós respondermos a três mil famílias, dividindo mil e quinhentas pela IHM e mil e quinhentas pela SocioHabitaFunchal, precisávamos de largos milhões para construir habitação social. -----

Mas será que queremos construir guetos? -----

Esta é outra questão, porque a SocioHabita tem conseguido fazer uma coisa que consideramos acertada, que é em pequenos bairros, colocar pequenos núcleos de habitação, para não transformar a habitação social numa guetização daquela população.

Agora, capacidade de resposta com este orçamento e para tentarmos ultrapassar as dificuldades orçamentais que temos tido, neste momento, é impossível de ter. E gostava de recordar que a habitação social que se construiu, foi com o apoio do IRU, que é um





programa nacional e a outra pequena parte foi do Governo Regional, portanto esta Câmara acabou por não ter que desembolsar dinheiro dos seus orçamentos para a construção de habitação social. Não será agora com certeza, nesta época de crise que nos venham pedir que resolvamos a situação, que com certeza, se antes não conseguiram, agora muito mais dificilmente conseguiremos. -----

Relativamente à Senhora Deputada Guida Martins, do GMM, obrigada por ter lembrado que este regulamento contém também um contrato de arrendamento. -----

Isto é na lógica de tornar tudo transparente e quem acede à habitação social, também ter a noção das questões que terá depois de cumprir e as regras com as quais terá de interagir com a SocioHabitaFunchal para a sua habitação social. -----

Relativamente à Senhora Deputada Raquel Silva, foi dito que neste regulamento está o mesmo texto que foi aprovado no fim do ano passado em reunião de Câmara, é verdade, não tivemos nenhuma intervenção em sede de apreciação pública, e as questões que foram levantadas em reunião de Câmara, eu hoje tive oportunidade, quando esta versão definitiva ficou pronta, em reunião de Câmara em janeiro, tive oportunidade de junto do Senhor Vereador Paulo Atouguia, recordar as questões que tinham sido levantadas em dezembro. E tanto quanto eu me lembro, uma das questões era a da publicitação, por isso eu tive o cuidado de clarificar e mostrar junto dos Senhores Deputados, que são a entidade máxima para validar este regulamento, qual é o tipo de informação que é publicitada, foi isso também que eu tentei esclarecer junto do Vereador Paulo Atouguia, que nunca a individualidade e a vida pessoal das pessoas é devassada e penso que com os dados que eu distribuí, fica claro que cada um sabe o número do seu processo mas como não sabe o número dos outros vê a sua posição e não vê a dos outros. -----

Essa questão para nós não foi alterada porque ela decorre também de uma legislação nacional e nós temos o cuidado de fazer com que a vida pessoal não seja devassada e os

dados sejam preservados. -----

A outra questão concursal, em que o Vereador Paulo Atouguia também dizia que era uma questão complicada, mas ela também decorre da legislação nacional que se aplica e que prevê três tipos de concurso, e nós escolhemos o concurso por inscrição. -----

Voltando à canalização dos meios e dos valores, um milhão de euros que nós temos para o fundo de investimento social, é uma maneira que nós temos de tentar complementar com o subsídio ao arrendamento, como PRESERVA, para não fazer com que as pessoas saiam da sua casa e ajudar que essa casa tenha melhores condições. -----

Esse fundo de investimento social vai também para os medicamentos e será aberto ainda, sempre o mesmo milhão, para um outro programa que irá surgir, por sugestão do PPD/PSD em reunião de Câmara, que tem a ver com os apoios às famílias e à natalidade, que é uma questão que também acho que temos de salvaguardar e que é muito importante para a manutenção do nosso País, como País e como Nação. -----

Quando se pergunta qual é o resultado prático deste regulamento, acho que em termos práticos é nesta altura que convém ele existir, porque as casas são tão poucas que convém que fique bem claro que as doze famílias ou as treze famílias que terão direito a elas, saibam bem quais são as regras. -----

Por isso, para mim não me parece uma coisa de menor valia, antes pelo contrário, parece-me que neste momento justifica-se imenso a existência da transparência neste regulamento. E gostava de ligar isto, à intervenção do Deputado Lino Abreu, quando ele diz, e bem, vê casos na lista que foi distribuída, de dois mil e dois mil e um, e eu diria que até há casos de mil novecentos e noventa e nove, que não estão resolvidos. -----

Mas gostaria de chamar a atenção para o facto da entrada do processo, não justifica e não tem o peso maior na atribuição da habitação social. Daí, esta matriz de classificação, que atribui a pontuação onde, por exemplo, os fatores da ruína, da incapacidade financeira

Paula Babur

passam à frente, por isso é uma lista que é dinâmica, e que as famílias não podem dizer o meu lugar é o vinte e cinco e daqui a um mês será o vinte e cinco, não, daqui a um mês poderá ser o vinte e sete, se entretanto uma casa tiver ruído há famílias que terão que passar à frente, por isso daí esta clarificação". -----

--- Não havendo mais esclarecimentos o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto três** à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

**NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO**. -----

--- O **Ponto quatro - Designação dos Júris dos Concursos para Cargos de Direção Intermédia de 1º grau (diretor de Departamento), em observância do nº 1 do artigo 13º da Lei nº 49/2012, de 29/08**, foi apresentado pelo **Senhor Presidente da Câmara** que disse: "Como é do vosso conhecimento, esta Câmara procedeu à revisão da orgânica do Município, definindo uma nova orgânica com um modelo estrutura diferente, uma estrutura nuclear, definindo também o número máximo de orgânicas flexíveis. -----

Já foi publicado em Diário da República e após a publicação foram nomeados em regime de substituição e de forma provisória os novos dirigentes até que estejam terminados os processos concursais. É nesta fase que nos encontramos, precisamos de iniciar os procedimentos concursais, e definir para isso os membros dos Júris de cada um desses mesmos concursos. -----

A lei prevê que o Presidente seja designado dentro de personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade profissional, e os vogais também com essas mesmas características, e de preferência que tenham exercido ou tenham alguma experiência, na área dos recursos humanos ou da administração local. -----

Aquilo que nós pretendemos, é que este seja um processo mais rápido possível, pois os dirigentes que estão nomeados estão em regime de substituição, e nós queremos uma estabilidade nas respetivas estruturas, e por isso para nós é importante uma celeridade

neste processo. -----

Definimos e escolhemos para designação, membros do Júri, recorrendo a elementos externos, não o teríamos de fazer, mas achamos que isso é uma forma de transparência e de envolvimento de pessoas externas à própria Câmara Municipal, e todas as pessoas que aí estão afiguram-se-nos com as características exigidas pela lei. E para nós garantem, não só a competência, mas também a transparência e o rigor neste processo". -----

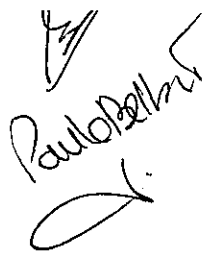
**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** interveio dizendo: "Está em causa, neste ponto da Ordem de Trabalhos, a deliberação relativa aos membros que vão compor o Júri para os diversos procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia da Câmara. -----

Sem querer, nunca, pôr em causa as capacidades profissionais dos diversos elementos aqui designados, nem as suas capacidades técnicas, a verdade é que estas designações não nos podem deixar de causar alguma perplexidade. -----

Como é bem referido no ponto quinto da proposta que nos é apresentada pela CMF, é necessário designar personalidade de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade profissional (quanto aos Presidentes de Júri) e, para além destas qualidades, em relação aos vogais, é necessário que a atividade profissional destes seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos Recursos Humanos ou da administração local autárquica. -----

No que se refere a esta preferência, que advém da própria lei, constata-se que vários são os elementos dos júris diversos que nunca exerceram quaisquer funções na área dos Recursos Humanos, bem como nunca tiveram quaisquer experiências em cargos dirigentes na administração local (visto que é para cargos dirigentes que visam estes procedimentos concursais). -----



Por outro lado, e sem desmerecer as capacidades técnico – profissionais de ninguém, frise-se bem, a verdade é que muitos dos elementos que integram os diversos júris são ilustres desconhecidos e nem sequer há a preocupação da Câmara Municipal anexar, na proposta apresentada, notas curriculares desses elementos. Como perceber se se tratam de pessoas com reconhecido mérito profissional, se não são identificadas as suas experiências profissionais ao longo dos anos? Nem divulgadas as suas notas curriculares. -----

Perdoem-nos, mas como já diz a velha expressão “À mulher de César, não basta ser; tem de parecer!”. -----

Estranhamos, também, o facto de a Câmara Municipal não incluir, como elementos dos Júris em questão, e aqui propostos, ninguém de reconhecido mérito, quer seja da área de Recursos Humanos, ou até de outras áreas profissionais da nossa própria Administração Regional. -----

Ao invés, preferiu-se designar como elementos de Júri, pessoas de fora dos quadros da Administração Pública Regional, e até, espante-se!, pessoas de fora da Região Autónoma, com claro despesismo para o erário público (basta ver o estatuído no número quatro do artigo décimo terceiro da Lei 48/2012), despesismo esse absolutamente desnecessário. Se calhar, esta Vereação perfilha da teoria desmascarada e ridicularizada por Eça de Queirós de que “O que vem de fora é sempre melhor”. -----

Ou então, e afinal, a tão apregoada inclusão e participação democrática dos cidadãos do Município do Funchal, bandeira mor da Coligação Mudança e da Vereação atual não passam de meras palavras que as levam ao vento, na hora da verdade! -----

Mas ainda há a referir a cereja no topo do bolo, e que é um aspeto também de suma importância: -----

- Constatou-se haver situações em que um elemento do Júri de um determinado procedimento concursal (vamos designá-lo como A) será colega de júri, em respetiva

paridade, com um outro elemento (chamemos-lhe de B); acontecerá que o A integrará também o júri de outro procedimento concursal em que o B será um dos candidatos oponentes. -----

Ora, quanto a nós, esta situação afigura-se-nos como uma violação aos princípios da igualdade, isenção e imparcialidade que o Código do Procedimento Administrativo impõe que exista em todos os procedimentos dos órgãos da Administração, na qual se inclui a Administração local e, conseqüentemente, esta Câmara, o que poderá levantar verdadeiros casos de suspeição.” -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** manifestou: “Este ponto quatro conforme foi apresentado, e com as observações feitas pelo Deputado do PPD/PSD, também da nossa parte suscita algumas pertinências. -----

Isto faz-me lembrar, e claro não vou personalizar absolutamente ninguém, tanto é que muitos dos que aqui estão conheço-os pessoalmente e já trabalhei e trabalho com eles, portanto conheço o seu mérito, isto faz-me lembrar uma espécie de jogo de cadeiras viciada à partida. Uma materialização de um teatrinho em que agora eu entrevisto-te a ti depois tu entrevistas-me a mim. Porque é mais do que óbvio, e não sejamos ingénuos, que depois irão suceder estas situações. De maneira que em matéria de transparência, penso que estamos conversados”. -----

**3. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** começou por dizer: “Lamento mas não posso ser tão genérico como foram aqueles que me precederam na sua intervenção, eu sou advogado e falo de factos, e acho que não se deve evitar fugir aos factos e os factos são os seguintes: -----

1º Procurou-se aqui constituir Júris que devem ser em primeiro lugar independentes. Não consta da lei que define as qualificações dos Júris, mas consta dos princípios básicos da vida, aquilo que são os mínimos éticos da conduta de qualquer pessoa em sociedade, para



além da competência, do mérito profissional no exercício de cargos como este, o que está em primeiro lugar em causa, é a independência. -----

Ora eu não posso considerar, que é independente uma lista que indica pessoas para Júris que estão nitidamente conotadas com partidos que dominam. Vou falar-vos de um caso que para mim é óbvio, o caso do Dr. Maximiano, como é que é possível que se tenham lembrado de ir buscar o Dr. Maximiano para integrar um Júri de designação de uma Câmara? -----

Vou falar do caso do Dr. Dillinger, membro do laboratório de ideias do PS, claramente conotado com o PS, como é que alguém se lembrou, apesar de todas as suas competências e capacidade técnica? Isto para já não falar dos vários membros de Júri que aqui estão designados que provêm de Câmaras PS. -----

Porque não é só o facto de provirem de outras entidades públicas, é que há coincidências de muitos dos Júris que aqui estão indicados provirem de Câmaras dominadas pelo PS. - Ora, isto inquina mortalmente essa qualidade de independência que deveria revestir a proposta de Júris aqui feita. -----

Finalmente, na reunião de líderes, foi amplamente discutida a situação de uma pessoa que aparece em vários Júris, essa pessoa chama-se Dr. António Miguel Ferreira Ribeirinho, Chefe de Divisão de Gestão e Recursos Humanos do Município do Pombal, este Senhor aparece fazendo parte do Júri, em pelo menos seis Departamentos, este Senhor deve de ser um crânio, mas este Senhor não é só um crânio, este Senhor é também um funcionário público muito especial porque faz uns "biscates", este Senhor fez um biscate para a Câmara do Funchal, no final do ano passado, que lhe valeu uma remuneração por prestação de serviços de quarenta e dois mil e quinhentos euros, ainda no final do ano passado fez outro biscate para a Câmara do Porto Santo, no valor de quarenta e oito mil e seiscentos euros, e finalmente este Senhor fez um biscate para a Câmara do Porto Moniz de dezasseis mil

euros, tudo isto rendeu-lhe cento e sete mil euros. Este Senhor não pode ser uma pessoa idónea para integrar estes Júris. -----

Finalmente vamos pôr os nomes às coisas, eu tenho muita consideração pelo Dr. Biscoito mas toda a gente sabe que sendo o Dr. Biscoito membro do Departamento de Ciências e Recursos Naturais, e sendo uma pessoa, cuja credibilidade está acima de qualquer suspeita, não ficaria bem que o Dr. Biscoito pertença como vogal ao Júri do Departamento de Ambiente e depois reparta nesse Júri do Departamento de Ambiente, funções com uma mesma pessoa que depois o vai avaliar no concurso a que ele certamente se proporá no Departamento de Ciências e Recursos Naturais. Parece-me que deviam de ter evitado a uma pessoa como o Dr. Biscoito uma coisa destas. -----

Eu nunca pensei que esta Câmara algum dia pudesse chegar a este ponto, como é que se aceita que esta Câmara assuma o custo da remuneração deste Senhor Dr. Ribeirinho e depois assuma o custo de seis deslocações e estadia, desde o Pombal até à Madeira, isto põe em causa a credibilidade de todo o processo de constituição de equipas de Júris que aqui estamos a votar. -----

E eu peço encarecidamente que quando há esta sombra, esta certeza da inquinação dos Júris, eu peço a todos os deputados incluindo os da Mudança, que em nome de um valor, a independência, e de outro valor a decência que votem contra esta proposta de Júris". --

**4. O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV** expôs o seguinte: "A posição inicial da CDU, embora com reservas, foi de dar o voto favorável a esta proposta de nomeação de júris para os concursos de recrutamento de cargos de direção intermédia. Analisando as propostas, embora não colocando em causa quer as competências técnicas, quer os percursos profissionais e as experiências acumuladas pelos designados, concordamos que existe um conjunto de questões que mereceriam mais e melhores explicações. -----





Algumas dessas explicações ou esclarecimentos poderiam ser prestados se, embora não sendo obrigatório, tivesse sido anexada uma pequena resenha biográfica sobre algumas das personalidades propostas, onde constasse alguns pontos dos respetivos currículos. Trata-se de uma informação que o Executivo dispõe e que facilmente podia ser disponibilizada. Até por uma questão de maior transparência e melhor conhecimento do que estava a ser analisado. -----

Reafirmamos que não estão em causa a qualidade técnica, as experiências profissionais e curriculares de quem foi proposto para integrar estes Júris mas sim questões relacionadas com esclarecimentos necessários e informação mais detalhados sobre a composição proposta, pelo que, nesta Assembleia Municipal, iremos optar pela abstenção.” -----

**5. O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** exprimiu: “Esta situação realmente de designar um Júri para atribuição de cargos de direção na Câmara do Funchal, no meu entender, poderia até ser mais transparente mas é algo, porque há sempre a possibilidade da cunha, de serem corrompidas, mesmo que viesse alguém de Marte para servir aqui de Júri, era contestado nesta Casa, não temos dúvidas. -----

Desde que fosse um ser humano a ser Júri nesta Casa era contestado. E não levo a mal que V. Exas desconfiem de tudo e de todos, porque durante quarenta anos antes do Júri ser escolhido, o posto de trabalho estava assegurado para o candidato, porque bastava ter o cartão laranja ou ter uma cunha muito forte. -----

E hoje há uma inovação, há um Júri, poderá haver conotações com alguns partidos, aceito essa desconfiança, mas também há pessoas nesta listagem que eu sei que são filiados e dirigentes do vosso partido, por isso não percebo essas desconfianças. E aqui na Madeira diz-se: *quem desconfia, ladrão é.* -----

E se durante quarenta anos a opção e a escolha de dirigentes, cargos e até empregos, V. Exas sabem que tivemos muito tempo que não precisávamos de Júri, bastava ter um cartão

laranja ou uma cunha cá fora”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** em defesa da honra dirigiu-se ao Deputado Roberto Vieira: “Eu lamento imenso saber que os elementos do seu partido ou de qualquer outro partido que não seja PPD/PSD esteja desempregado, porque aparentemente o que Senhor está a dizer é que todos os elementos dos outros partidos que não sejam filiados no PPD/PSD estão desempregados. -----

Outra coisa que também quero lembrar, é que não foi em nenhum governo PPD/PSD que surgiu a expressão, Job for the Boys, isso foi no governo socialista”. -----

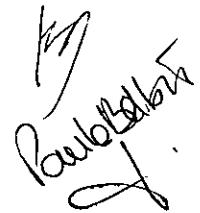
--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** pediu um esclarecimento: “Se está ciente de que esta é a primeira vez que se aplica, e por isso é que estamos aqui a discutir este assunto pela primeira vez, uma nova legislação? - Por outro lado também quero-lhe perguntar, se sabe que sobre outra legislação também existiam os Júris que eram nomeados por outros critérios? -----

Em terceiro lugar se não considera, e é um esclarecimento final, que a forma e metodologia que foi aqui usada para esta nomeação, não transformou aquilo que seria um ato útil, que é desejável que seja célere para pôr a máquina da Câmara a funcionar, os critérios usados não foram aqueles que transformaram isto num facto político?” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** elucidou: “Vou começar pelo fim, é útil e todos nós sabemos que é útil, agora esta proposta é realmente para aplicar a legislação. O que está em causa não é a legislação, são as pessoas que aqui estão e que V. Exas põem a idoneidade em causa. -----

E no passado, durante quarenta anos, também V. Exa sabe que podia haver mil candidatos, os escolhidos já existiam e que a nota final era baseada numa entrevista que era constituída por esse Júri que eram das vossas secretarias, controlado pelo governo”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**



voltou a interferir: "Uma vez que não fui esclarecido nas outras três questões, queria que me esclarecesse só uma, que tem a ver com a sua última intervenção que é, e queria que repetisse isso aqui para registo, se considera que todos os membros que foram Júris dos concursos nos últimos quarenta anos como corruptos, como pessoas suscetíveis de ter criado um emprego para amigos?" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** esclareceu: "Não considero todos corruptos, eu continuo a achar que no vosso partido também há gente boa, agora não ponha em causa que aquilo que estou a dizer é mentira. V. Exa sabe que dentro desses Júris há alguns que foram talvez corruptos". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** interveio dizendo: "O Senhor sabe que antes de esta lei surgir, foi aprovada, no âmbito deste governo PSD/CDS, o Senhor Deputado sabe que os cargos de dirigentes não eram por concurso, eram por nomeação, eram cargos por confiança política. ----- Neste momento, estamos a tratar de uma legislação que determinou no âmbito deste governo que agora os cargos de dirigentes são providos por concurso". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** clarificou: "Eu sei e também V. Exa sabe que eram nomeados aqueles da sua cor política e nunca alguém que ia a uma entrevista, criou-se o hábito e agora desconfiamos de tudo e de todos, é o problema". -----

**6. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** disse: "O que está em causa nesta proposta, e as dúvidas que têm vindo a ser levantadas, parte do princípio pela falta das notas biográficas dos Júris que aqui se propõem. Porque nós vamos votar um documento onde constam nomes que não se conhece os currículos nem as notas biográficas de cada um deles. E se fizesse parte as notas biográficas metade das dúvidas penso que eram sanadas e esclarecidas. Claro que se conhecêssemos a nota biográfica

deste “super” Dr. António Ribeirinho, logicamente que não estávamos aqui a perder muito tempo com este Senhor, porque sabíamos que à partida tinha um currículo capaz para fazer parte de quatro ou cinco Júris. -----

No entanto, no nosso entender o mais importante não são os Júris mas sim o processo, a transparência e os critérios que vão ser usados nestes Júris. Para nós o mais importante é que se premeie o trabalho, as competências das pessoas que vão ser avaliadas. E estou certo e acredito que esses objetivos e esses critérios vão ser colocados por esta Câmara, mesmo com algumas dúvidas da pessoa A, ou da pessoa B. -----

Logicamente que gostaria de ter conhecimento das notas biográficas de todas as pessoas que estão aqui propostas, a não existir, acredito porém que esta Câmara tudo fará para este ser um processo transparente, com critérios e que esses critérios de seleção premeie o trabalho e competência para que seja um processo transparente”. -----

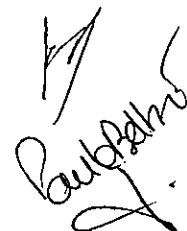
**7. A Senhora Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça Oliveira Vieira, do GMM** começou por expor o seguinte: “Nestas minhas intervenções nesta Assembleia, continuo perplexa por ouvir expressões como: *o que vem de fora é melhor*. -----

Espanta-me o facto de estarem preocupados com um elemento do Júri ir avaliar outro que está no outro membro de Júri, sem questionar quem são os outros dois, que se calhar aí criava-se equidade e justiça na avaliação do Júri. -----

Fico perplexa, ao falarem de independência quando toda a gente sabe aqui, que ninguém é independente de ninguém, somos todos dependentes uns dos outros. -----

O facto de muitas destas Assembleias em várias intervenções, questionarem sempre aquela teoria da independência, ou não, como se isso fosse o mais relevante para a nossa Sociedade e para resolver os problemas. -----

Não percebo quando questionam continuamente, como é que se consegue avaliar as competências técnicas, quando todos aqui sabemos que os métodos de avaliação nos



procedimentos concursais são muito específicos, e muito concretos para avaliar as competências técnicas, e que muitas vezes nem o Júri têm termo nessa matéria. -----

Sabemos que os métodos de avaliação que os avaliam do ponto de vista das competências técnicas e o que se avalia aqui, se calhar nas avaliações dos Júris é a sua capacidade para reconhecer as competências e capacidade de liderança dos candidatos ao procedimento concursal e isso não foi falado aqui. -----

Relativamente à designação do Júri em concurso, eu só vejo aqui sintomas pós traumáticos, que é o facto de não serem eles a decidir, por não sermos nós a decidir temos que ir contra, e eu já vi isto ao longo da discussão. -----

Eu percebo aqui três aspetos, eu compreendo na decisão desta Câmara na constituição do Júri 3 fatores: o reconhecimento e o mérito profissional, a credibilidade e a integridade pessoal na escolha destes membros. -----

Não consigo compreender como é que a questão do Senhor Dr. Maximiano Martins, ser indicado, ser discutido o facto de ele ter sido deputado, questionar a sua posição e intervenção num cargo político quando todos nós aqui defendemos isso, estamos a colocar em causa a nossa própria idoneidade, somos menos dignos ou menos profissionais por isso, se era assim era melhor sermos demitidos e irmos todos para casa. -----

Falarem do Governo Regional, quando eu ainda bem novinha ouvia falar de pessoas que ocupavam secretarias regionais da saúde, e de repente transitarem para o turismo ou para outras, sem ninguém perceber como é que aquilo aconteceu. Eram as competências técnicas e profissionais que estavam em causa ou eram as capacidades de liderança da pessoa para transitarem de secretaria para secretaria? -----

Ou quando questionados, aqui ainda hoje foi dado ênfase pelos deputados do PPD/PSD ao facto de uma pessoa ser repositora de flores, não ser digna ou invalidar ou questionar as suas competências técnicas e profissionais? -----

Quando sabemos a quantidade de jovens licenciados que ocupam cargos que muitas vezes se calhar são diferentes para o que estudaram. -----

Não percebo se está aqui em causa a questão de serem os funcionários desta Câmara também representantes nesse Júri, porque esse também foi um dos critérios da Câmara.

Sobre este ponto tenho que relembrar algumas alterações que foram feitas aquando das orgânicas deste município, que em concurso semelhante todos os membros do Júri eram membros e funcionários desta Câmara, e se isso não levanta por si só dúvidas externas, mas principalmente internas, todos nós sempre soubemos que ouvimos que é o facto de eu estar a concorrer par um concurso em que é o meu próprio colega ou chefe que me vai avaliar, e que não é só um sentimento que veio de fora. -----

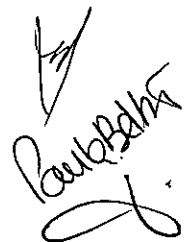
Questionou se não era só para o tacho do amigo, mas internamente os próprios funcionários sentiram isso assim, os próprios funcionários sabiam o que se passava, mas felizmente foi este tipo de comportamento que alimentou a Mudança, por isso aí eu agradeço. -----

Não sei se então o problema aqui é o facto de algum dos membros haver repetição, e aí não posso concordar com a hipocrisia que tem sido levantada em algumas intervenções, ou então simplesmente querem passar atestados de burrice ou incompetência às pessoas da e aos cidadãos do Funchal. -----

Porque de outra vez em procedimentos concursais, vários nomes de vários vereadores e de funcionários desta Câmara foram sucessivamente repetidos em vários concursos. -----

Eu não sei como é que as pessoas por vezes têm a ousadia de questionar a imparcialidade deste processo, a conduta e as escolhas que foram feitas por esta Câmara quando têm tanto telhado de vidro. -----

Só peço que nos deixemos de falsas questões e que deixemos de fazer campanha nesta Câmara, porque para fazer campanha teremos que ser muito mais eficazes lá fora. -----



Não posso deixar de salientar o processo que deve de nos orgulhar a todos, não apenas pela legalidade e transparência, mas pelo processo democrático em que todos foram auscultados, ninguém foi deixado de lado e principalmente porque todos os intervenientes foram auscultados na matéria e não sentiram que estavam a ser ultrapassados, uma coisa que nunca aconteceu em nenhuma das décadas passadas. E espero bem que a minha intervenção não tenha sido atípica para este período de Mudança que é a Quaresma". ---

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** pediu o seguinte esclarecimento à Deputada Cláudia Mendonça: "A decisão sobre a composição e aprovação do Júri é uma competência da Câmara ou da Assembleia? -----

Nesse sentido, e retomando algo que já aqui foi falado, não seria melhor que estes processos, que são delicados e que por vezes empatam o funcionamento, e vão empatar em alguns dias necessariamente, que como está mais que visto, vai ser chumbado e naturalmente vai requerer que haja uma mudança para que seja participado, discutido, porque isto é para ser aprovado na Assembleia e nós não estamos aqui apenas para dizer Ámen. -----

Estamos aqui para executar o nosso papel e ao contrário do que diz, é muito mais agradável, mais útil e mais responsável estar cá dentro, do que estar lá fora ao sol, porque aqui é muito importante e muito sério e é a Assembleia que aprova e tem que ser respeitada a Assembleia. -----

Não estamos aqui apenas para cumprir o capricho e a falta de diálogo, porque foi proposto em sede de vereação que a tal apresentação da nota biográfica fosse feita, e bastaria isso para nós sabermos, porque nós estamos aqui com a responsabilidade de votarmos em nomes de pessoas que não conhecemos, apenas conhecemos o Senhor Deputado Maximiano Martins, de quem sou amigo e reconheço competências, mas a maior parte dos nomes que aqui estão eu não sei quem são. Se os Senhores sabem digam, acrescentem

uma nota e nós aprovamos. -----

Deixemo-nos de hipocrisia, quem aprova isto é a Assembleia, a Assembleia merece respeito e a Vereação não pode tratar a Assembleia desta forma. -----

Se quiserem continuar a governar com coerência, com abertura e em democracia, é assim.

**--- A Senhora Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça Oliveira Vieira, do GMM** esclareceu: "Eu prezo por em qualquer trabalho que exerça tomar conhecimento daquilo que faço e do que estou cá a fazer, não venho cá simplesmente ler discursos de outros, sei perfeitamente que a designação e que quem aprova a composição do Júri é a Assembleia Municipal. -----

Mas também sei perfeitamente que é a Câmara que o designa, se não estamos aqui a questionar a idoneidade da Câmara para a designação do mesmo. -----

Prezo em saber que esta Câmara fez uma pequena referência de nota biográfica de cada membro do Júri, que a bancada do PPD/PSD aprove este Júri, e não façamos juízes de valor". -----

**--- O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, do PPD/PSD** pediu um esclarecimento à Deputada Cláudia Mendonça: "Se sabe qual o significado do reconhecido mérito profissional? -----

É que se conhece o significado dessa palavra, eu gostaria que me esclarecesse em relação a cada um dos elementos que compõem este Júri, se conhece as suas áreas profissionais, o seu trabalho? Qual é o mérito profissional desta gente? -----

Tirando um ou outro elemento que compõem este Júri, eu também não conheço nenhum dos outros elementos, nem sequer sei qual é o reconhecimento de mérito profissional que estas pessoas têm. -----

Outra questão, conhece também os membros que compõem a sua própria Coligação? ---

É que a Senhora Deputada vir aqui dizer que os membros do PPD/PSD disseram coisas



que foram ditas pelos seus colegas de bancada e não pelo PPD/PSD. Porque foi nomeadamente o Senhor Deputado Roberto Vieira, que falou nas questões de cartão de militante e repositores de flores. -----

Por último, gostaria também de saber se a Senhora Deputada conhece os princípios que norteiam a Administração Pública, nomeadamente aqueles que estão contidos no Código de Procedimento Administrativo, que todos os órgãos da Administração Pública seja regional, central ou local tem que obedecer. Nomeadamente os princípios da transparência, da imparcialidade e da boa-fé. -----

É que me parece que a Senhora Deputada está completamente a norte do que sejam esses princípios". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça Oliveira Vieira, do GMM** esclareceu: "O reconhecimento de mérito profissional, reconheço alguns que são próprios da minha área profissional, não tenho que reconhecer todos mas em todos confio na vastidão de áreas profissionais da Câmara. -----

Por isso, é que existe uma Câmara que avaliou esse aspeto, por isso volto a frisar que espero que havendo a tal referência biográfica, já vi que isso valida a aprovação pelo PPD/PSD da composição do Júri. -----

Relativamente aos membros da Coligação, desde já afirmo que li o boletim, o que foi aí parafraseado hoje de manhã, já disse e volto a repetir que a minha crítica foi a ênfase que foi dado. -----

Eu penso que se calhar há uma coisa que tem faltado, a oportunidade de criar maior ênfase também, uma Coligação é um conjunto de partes que defendem o interesse de todos, não temos que ser todos iguais podemos ser todos diferentes, simplesmente temos que lutar todos pelo mesmo, e é esse o sentido da Coligação. Não me envergonho de nenhum deles,

conheço-os todos, infelizmente não conheço todos os meus adversários como deveria de conhecer. -----

Relativamente aos princípios e aos códigos administrativos, posso dizer que dentro do meu currículo, posso colocar lá uma alínea que o conheço perfeitamente e também está disponível em qualquer sede do *Google*". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** pediu o seguinte esclarecimento: "Senhora Deputada Cláudia Mendonça também apreciei a sua intervenção e talvez porque as "hormonas" eleitorais começam a efervescer, a Senhora Deputada falou de independência e do passado, e eu sou talvez das pessoas desta Casa que mais pode falar, que maior autoridade tem para falar sobre questões de independência e do combate daquilo que se passou no passado. -----

Agora, não se muda o passado criando um documento que perpetua o passado, e o pedido de esclarecimento que queria fazer é se a Senhora Deputada tem a noção que esta Assembleia, se aprovar esta proposta, pode vir a ser responsabilizada pela possível ilegalidade desta lista? A Senhora Deputada tem a noção de que esta Assembleia e a própria Câmara Municipal do Funchal poderão ter que responder judicialmente pela possível ilegalidade desta lista? A Senhora Deputada esqueceu completamente o que eu disse na minha intervenção, e que põe seriamente em causa, a própria legalidade desta lista. -----

Senhora Deputada vamos ser sérios, a Senhora mete as mãos no fogo que ao aprovarmos esta lista, esta Câmara e esta Assembleia não será mais tarde demandada pela possível ilegalidade da mesma, mete ou não mete as mãos no fogo?" -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça Oliveira Vieira, do GMM** respondeu: "Não irei sequer fazer uma defesa da honra porque conheço o Deputado Baltasar e ele sabe o que me move, mas eu não meto as minhas mãos no fogo

por ninguém, quem me conhece sabe que eu o faço. -----

Antes de defender esta proposta analisei tudo o que tinha a ver com leis, com códigos administrativos, legislação anterior a esta, como foi referido pelo Deputado Domingos Abreu, fiz uma análise profunda e não vejo qualquer tipo de ilegalidade, vejo um processo transparente, pode ser questionado de todo o ponto de vista e aqueles sintomas pós-traumáticos, mas de resto de ilegalidade, não preciso de pôr as minhas mãos no fogo porque eu analisei, concordo e aprovo". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** interveio dizendo: "Estive a ouvir atentamente as vossas intervenções e as questões, legitimamente aqui colocadas e solicitadas, e sobre as mesmas tenho a dizer o seguinte: foi aqui invocado por mais que uma vez questões de independência por parte das pessoas que compõem estes membros do Júri, mas na verdade o que se está a por em causa são as pessoas deste Júri, com argumentos que me suscitam um espanto face aos mesmos. -----

Quando se fala na questão da independência e se refere o facto de a independência estar relacionada por uma filiação partidária eu só tenho a dizer o seguinte: não está aqui em causa a pessoa ter uma filiação partidária para fazer com que a pessoa seja idónea ou tenha como determina a lei que tenham mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal. Se fosse assim V. Exas que têm filiação partidária não teriam estas características, o inverso também acontece. -----

O que significa que não é esse facto que ser filiado num partido ou não, que é um obstáculo de imparcialidade e de independência, para mais evocou-se a pessoa do Dr. Maximiano Martins, uma pessoa que apesar de ter a filiação que todos nós conhecemos, tem um mérito pessoal, académico e profissional a toda a prova e isso é um facto porque é uma figura pública e todos o conhecem. Deste posso só dizer o seguinte: Assistente convidado e Professor convidado do ISEG e da Universidade da Madeira, Gestor do PEDIP, Gestor do

Programa Operacional de Economia, Presidente da Comissão Instaladora e Presidente do Conselho de Administração do CITMA, teve uma longa carreira no Ministério da Economia, esteve como Membro da OCDE em Paris, trabalhou e pertenceu ao Conselho Permanente da Concertação Social, foi e é Deputado, pertenceu como elemento parlamentar no Conselho da Europa. -----

Há questões em que ficam muito mal pôr-se em causa o mérito das pessoas, até porque a responsabilidade pelo mérito profissional, e isso nós assumimo-la, é sempre relativo porque é uma matéria subjetiva por maior que seja o currículo, e nós bem sabemos, para quem já não usa currículos, que por vezes há currículos fantásticos e que na verdade a correspondência efetiva ou prática não é a mesma. -----

Portanto, não é o currículo que faz a pessoa ter pior ou melhor mérito, é uma indicação, mas não é um fator determinante. E nada na lei nos obriga a que colocássemos as notas biográficas, por isso a responsabilidade em último caso do mérito destas pessoas cabe a quem propõem, que somos nós, vamos assumir essa responsabilidade seja ela qual for. - Falou-se também, em jogos de cadeiras viciadas, mas eu penso que um processo como este nunca foi tão transparente. -----

Tenho a dizer ao Senhor Deputado que não é antes e sempre existiram, e estamos a falar da Lei nº 26/2008, concurso de Júris, não para Diretores Gerais, mas para os cargos de Dirigentes. Nesta Casa sempre existiu, pertenciam até aos Júris, Vereadores, coisa que aqui não acontece, pertenciam só elementos internos da Câmara, como por exemplo em dois mil onze haviam membros dirigentes desta Casa que estavam em nove concursos, e muito bem, porque têm experiência de recursos humanos. -----

Nada temos a opor, portanto não é isso que obstaculizou que ficasse garantido a imparcialidade ou o bom desempenho das pessoas que depois vieram ocupar os cargos. E posso vos dizer que o Dr. Miguel Ribeirinho, antes de fazer este trabalho de consultadoria,



fez treze trabalhos para Câmaras do PPD/PSD desta Região, e não temos qualquer problema em relação a isso, tal como não temos qualquer problema em nomear, nesta fase provisória em regime de substituição, pessoas que são filiadas e conotadas com o PPD/PSD ou com outros partidos, esse para nós não é um facto importante. -----  
Por isso. é esta a nossa postura e aquilo que nós queremos é propor estes nomes, assumimos qualquer responsabilidade do seu mérito seja ela qual for, e que se desenrole o mais curto tempo possível todo este processo, para termos uma estabilidade nos cargos dirigentes nesta Câmara". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** pediu o seguinte esclarecimento ao Senhor Presidente: "Com uma introdução prévia de lembrar-lhe que essa nota do currículo do Dr. Maximiliano, a passagem dele pelo Parlamento Europeu não é muito abonatória, porque esse Parlamento Europeu foi a casa também de pessoas como *Marine Le Pen* e sabe muito bem o que isso significa. Por outro lado, também queria dizer que apreciei a sua intervenção em matéria de independência quando disse que nós aqui não escolhemos em função do cartão partidário. V. Exa é a pessoa exata para poder dizer isso, basta olhar para a equipa que o cerca, a equipa de assessores que escolheu e vemos claramente na equipa de assessores políticos que escolheu como de facto o cartão partidário não interessou para coisa nenhuma. -----  
Finalmente a interpelação à Mesa é para o seguinte, consta aqui desta ficha que o Senhor Miguel Ribeirinho é Chefe de Divisão de Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos do Município do Pombal, ora o *gabinete secreto do meu partido* telefonou agora para o Município do Pombal, e a resposta foi que ele não faz parte dos quadros do Município do Pombal, é Consultor do Município do Pombal. Eu aliás parece que fui injusto com o Senhor, ele não fez aqui um "biscate", ele vive da consultoria, ele afinal não é um funcionário

público que vive de biscates, ele é um daqueles muitos experts que vive de consultorias e que se especializou na consultoria municipal. -----

Aqui na Madeira tem uma boa dose de clientes, todos eles de Câmaras socialistas, o que eu acho Senhor Presidente, é que pelo menos este Senhor António Miguel Ferreira Ribeirinho deveria ter o currículo totalmente esclarecido, e pelo menos quanto a este Senhor não podia existir nesta lista a exatidão que eu agora acabo de telefonicamente confirmar. -----

A única forma de podermos esclarecer se ele é de facto um quadro do Município do Pombal, é a de o Senhor vir aqui à Câmara Municipal do Funchal esclarecer isso, ou a Câmara Municipal do Pombal mandar uma certidão de certificação, por via documental, de que ele de facto, como consta aqui na lista, é funcionário da Câmara Municipal do Pombal". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu: "O Senhor Deputado pode ter informações que eu não tenho, mas a verdade é que o Senhor Dr. Miguel Ribeirinho pertence ao quadro da Câmara Municipal do Pombal, e o que eu sei é que ele é Chefe de Divisão da Câmara Municipal do Pombal. Ou seja, uma coisa é ser Chefe de Divisão, outra coisa é pertencer ao quadro. -----

Nós nesta Casa já tivemos dirigentes que não eram do quadro desta Casa, mas que eram do quadro da Administração Regional e que concorreram cá e eram dirigentes, portanto é preciso distinguir uma pessoa que pertence ao quadro, neste caso da Câmara, outra coisa é o cargo de dirigente que ocupa. -----

Portanto, são duas questões distintas entre pertencer ao quadro ou exercer um cargo de dirigente". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** disse: "Eu não quero saber qual o vínculo público que esse Senhor tem com qualquer

*Paulo Vares Macedo*

entidade pública, o facto é que a informação que eu tive é que este Senhor é Consultor da Câmara de Pombal, ora uma pessoa que é consultora não é chefe na Câmara. -----

Já agora, vejam lá a veracidade dos elementos factuais que constam desta lista, porque se se vierem a desmentir estes elementos, a ilegalidade desta lista e a ilegalidade da aprovação desta lista fica absolutamente demonstrada". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, do PND** pediu ao Senhor Presidente da Câmara o seguinte esclarecimento: "Estamos aqui a ver pelo menos duas questões distintas e que estão a ser transformadas num jogo de espelhos. -----

Uma questão é saber se as pessoas que foram a Júri têm de facto todo esse mérito, uma outra questão é saber se eventualmente a origem dessas mesmas pessoas validam alguma questão partidária de interesse e etc, daquelas coisas que se falava muito no passado, que são verdade, atenção não estamos aqui a escamotear nada. -----

Temos aqui técnicos de Câmaras socialistas, alguns deles cujo currículo, são dirigentes há muito pouco tempo e que vão confrontar candidatos potencialmente muito mais habilitados que os mesmos. -----

O outro lado do espelho, que o Senhor Presidente anda aqui a brincar connosco, sem qualquer sentido pejorativo, é que outros nomes que constam nessa lista que são técnicos desta Câmara, e que eu os conheço muito bem, ponho a minha mão no fogo por muitos deles, e que estão neste momento nomeados em regime de substituição, e que constam na indicação de Júri para o tal procedimento que se pretende aqui validar. -----

E a questão que eu disse da brincadeira das cadeirinhas, é precisamente isso, é que eles vão-se defrontar entre eles no joguinho de cadeiras, agora eu entrevisto-te a ti e agora entrevistas-me a mim. -----

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente que nos esclarecesse que isto não é um bocadinho questionável, tanto até que já falei com alguns destes elementos que não se

sentem confortáveis nesta situação. Obviamente que eles são livres de escolher essa questão, mas não é uma questão muito transparente e é isso que eu queria que ficasse esclarecido”. -----

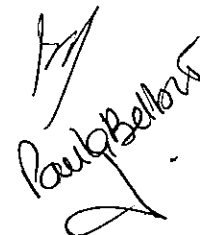
--- **O Senhor Presidente da Câmara** clarificou: “Na questão colocada pelo Senhor Deputado Baltasar Aguiar, basta muitas vezes ir ao “Google” e verificar os documentos oficiais que estão na página da Câmara Municipal do Pombal, efetivamente o Dr. Miguel Ribeirinho é Chefe de Divisão da referida Câmara e pertence ao Município de Alcobaça. Aliás, aquilo que eu já tinha dito de pertencer ao quadro de uma Câmara mas poder estar a exercer o cargo de dirigente noutra Câmara, é a informação que eu tenho em que eu pude verificar isso. -----

A questão das incompatibilidades que possam existir, é verdade que nós não sabemos os dirigentes da Câmara, e estamos a falar de concurso externo que podem concorrer elementos da Administração Local de todo o lado, nacional e / ou regional. Mas falando internamente eu não sei a que cargos os dirigentes vão se candidatar, é uma questão que é fundamental, que é não se candidatar um elemento do qual é Júri, essa é a única questão, e é por isso que temos suplentes que possam substituir nesse mesmo cargo. -----

Portanto, o resto está garantido, eu confio nas pessoas, confio na sua imparcialidade, mesmo aquelas que já estão nomeadas, porque não é o facto de terem sido nomeadas agora, que as torna menos imparciais e independentes na análise que vão fazer enquanto membros do Júri. Até porque estamos a falar de um Júri, são três pessoas, a decisão nunca é só de uma, é das três, portanto essa já é à partida a garantia que irão decidir, estou certo, de uma forma isenta os candidatos que irão apresentar-se no concurso”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que é entendimento da Mesa que dado estarem a votar a designação de um conjunto de elementos para um Júri, tal poderá ser





feito por voto nominal e não por voto secreto, porque não está em causa apreciar as qualidades e o comportamento de uma pessoa em concreto. -----

Nesse sentido, procederão à votação nominal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia: “Essa é uma novidade, não temos nada contra se é esse o seu entendimento e deliberar, porque na conferência de líderes esse assunto foi abordado e a perspetiva era de ser uma votação secreta, porque estão em causa pessoas, e estamos efetivamente, ao contrário do que o Senhor Presidente acabou de dizer, a avaliar o mérito das pessoas”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu: “A sua observação é pertinente, efetivamente na reunião de líderes essa questão foi aflorada, mas depois em reunião posterior entre os membros da Mesa, foi nosso entendimento que dado as características peculiares desta situação, em que não são pessoas em concreto que estão a ser eleitas mas a designação de um Júri em bloco que está em causa, e por uma questão de coerência entre o que se passou na reunião de Câmara, que também a proposta foi votada sem ser por voto secreto, por uma questão de coerência de procedimentos é entendimento da Mesa agir deste modo. -----

Obviamente que se houver opiniões contrárias, o plenário é sobreano, mas o entendimento da Mesa é proceder desta forma e nesse sentido é isso que pretendemos”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** fez a seguinte interpelação à Mesa: “Eu respeito aquilo que o Senhor Presidente decidiu, mas queria dizer-lhe que não fica bem. Como aconteceu connosco numa reunião de representantes de grupos parlamentares, temos que tomar uma decisão unânime, para a qual não houve nenhuma discussão em que o senhor Presidente apoiou essa decisão unânime, de que o voto seria de um determinado modo, eu julgo que não é muito correto

depois do Senhor Presidente ter tomado a posição que tomou na reunião de líderes vir agora com a surpresa da alteração disso, e proponha um método de trabalho diferente do Senhor Presidente, antes de participar nas reuniões de líderes troque as tais impressões com a sua equipa da Mesa, para que não sejamos constantemente confrontados com surpresas de última hora como esta”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** retrucou: “Efetivamente na reunião de líderes esta situação foi abordada, mas como disse em posterior reunião com os membros da Mesa entendemos que também se justificava que a votação fosse feita de forma nominal. Mas volto a dizer, havendo oposição por parte de qualquer membro desta Assembleia, poderá suscitar o mesmo, e o Plenário apreciar essa situação, portanto a mudança de posição da Mesa não colide com o direito e a possibilidade do modo de votação ser distinto do que a Mesa está a decidir. Portanto, não vejo em que é que isto possa criar algum embaraço porque há sempre a possibilidade da situação ser revertida”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** interpelou a Mesa dizendo: “Nós registamos com algum desagrado de alterar-se aquilo que ficou definido em reunião de líderes, e pelo medo que nós temos e pela experiência que temos de algumas coisas feitas por esta entidade, feita em cima do joelho e temos de ter todo o cuidado, da nossa parte achamos que será melhor fazer por voto secreto, para não haver amanhã ninguém que possa impugnar esta decisão por não ter sido votado por voto secreto como determina a lei em caso de nomeação de pessoas”. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV** também interpelou a Mesa: “Tendo em conta a decisão que foi tomada em reunião de líderes e já há algum tempo em situações infelizes, chegou a ser proposto que se fizessem atas dessas mesmas reuniões. -----

Então se não há ninguém que proponha que se vote por voto secreto, esta bancada

  
Paulo Bellini

propõem que seja feita votação por voto secreto, porque estamos a falar de nomes, independentemente de serem cinco ou serem cinquenta, são nomes. -----

Já agora, com toda a consideração e respeito que tenho por si, que decisões de alteração de decisões, feitas em reuniões de líderes feitas anteriormente, já com este Executivo não me surpreenderia, eu espero que seja a primeira vez que isso tenha acontecido porque senão voltamos ao mesmo, as reuniões de líderes não servem para nada, a não ser para nós estarmos aqui a dialogar uns com os outros e depois chegarmos aqui e vermos decisões tomadas de forma unânime porque estávamos todos. -----

Por isso o que esta bancada propõem é que seja feita por voto secreto, dando seguimento há decisão tomada na reunião de líderes". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que face às considerações expressas, a Mesa decidiu proporcionar o voto secreto para esta questão. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Maria Ascensão Mendonça Oliveira Vieira, do GMM** interpelou a Mesa solicitando os seguintes esclarecimentos: "A votação vai ser por voto secreto, mas é preciso ter em conta determinadas questões, porque tudo o que tenha a ver com procedimentos concursais, já decidido pelo Departamento Nacional de Dados, não existe confidencialidade porque não estão aqui em causa pessoas mas estão em causa competências. -----

Para o Departamento Nacional de Dados, já foram feitos vários pareceres relativamente a isto e na minha opinião pessoal, só quero saber se a Mesa está a mudar de opinião, ou está a aceitar e a colocar à ponderação a proposta da CDU?" -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a Mesa mudou a sua decisão e por isso decidiu que irá ser feita a votação por voto secreto. -----

Nesse sentido, irão ser distribuídos boletins de voto onde está a possibilidade de votar Sim ou Não. -----

--- De seguida procedeu-se à **votação secreta do Ponto quatro**, onde votaram quarenta e um Deputados, **não tendo o mesmo sido aprovado, com vinte e um votos Não, dezasseis votos Sim e quatro votos Brancos.** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto cinco - Área de Recrutamento dos Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau – Definição das Áreas de Licenciatura Adequada, em observância do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09**, o qual começou por dizer: “Nós por decisão, criamos três unidades: uma Unidade de Mercados, uma Unidade de Auditoria Interna e uma Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, e estão indicadas nas áreas de recrutamento. -----

Parece-nos que são as mais indicadas, sendo que há uma diversidade mas que corresponde plenamente áquilo que nós pretendemos em cada uma delas”. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** interveio dizendo: “Tal como discutido na conferência de líderes, e ao contrário do assunto e votação anterior, a indicação das áreas de recrutamento para este tipo de procedimento não é obrigatória é facultativa. -----

Seria desnecessário fazer essa indicação, a lei faculta essa possibilidade, no entanto, também achamos que se deve orientar e dar alguma indicação sobre competências de base para quem vai ser oponente a estes concursos. -----

De qualquer modo, e tal como já foi referido, há algumas restrições e a exemplo, para a Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, compreendemos que a licenciatura na área do Direito ou Ciências Políticas, habilita, mas existem uma série de outras que igualmente poderiam aqui ficar, como a Sociologia e outras áreas que não diretamente

Paulo Beltrão

afins, poderiam e deveriam constituir base de recrutamento. -----

É certo que a legislação, como já referi, não obriga sequer à indicação das áreas de recrutamento, é certo que mesmo indicando e aprovando, qualquer pessoa detentora de uma licenciatura que se considere habilitada para concorrer o pode fazer, seria prudente e aconselhável, que a redação fosse ligeiramente modificada e acrescentar, *outras e afins*, de modo a que não se incorra em situação de recurso e contestações, quer de potenciais candidatos, quer de organizações. -----

Achamos que a proposta como está, é muito restritiva, por isso a manter-se não a votaremos favoravelmente porque não queremos ser demasiado restritivos, queremos que haja mais abrangência. -----

Dei o exemplo da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, porque creio que é um tema que não se restringe apenas aos licenciados em Direito ou Ciências Políticas, do mesmo modo que a Unidade de Mercados não deve de ser um tema para Engenheiros Civis, Arquitetos, Gestores e Economistas, há outras áreas e desse modo a Câmara habilita-se a ter uma base mais sólida, mais diversa e a uma capacidade de melhor recrutar o agente para essa área. -----

Propomos e solicitamos que seja acrescentado, *e ou áreas afins* ou outras licenciaturas consideradas compatíveis, como foi discutido na conferência de líderes". -----

**2. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** veio reforçar o que acabou de ser referido dizendo: "A informação que tenho é que os tribunais administrativos têm decidido no sentido de que os graus de licenciatura que são indicados pelas Câmaras nestas elencagens, meramente a título exemplificativo e que não se pode restringir pessoas com grau de licenciatura de outras áreas ao acesso aos cargos que estão aqui a ser discutidos. -----

Estas decisões do tribunal administrativo no fundo vêm confirmar aquilo que é proposto

agora pelo Dr. Domingos Abreu, de facto eu entendo que se devia aperfeiçoar este documento em termos de o compatibilizar com aquilo que é a jurisprudência constante no tribunal administrativo, e acrescentar ao documento qualquer coisa que dê à classificação das diversas licenciaturas aqui elencadas, o carácter de meramente exemplificativo ou não totalmente exclusivo". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** proferiu o que se transcreve: "Eu penso que as sugestões não podem partir da Câmara, mas dos Grupos Municipais ou dos Senhores Deputados de modo a serem integradas. -----

Como tal, não temos nada contra o facto de se alargar o leque de habilitações para estas Unidades". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que é entendimento da Mesa que se algum Grupo quiser apresentar alguma alteração ao articulado do texto, poderá fazê-lo. -----

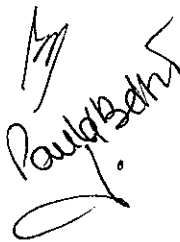
De seguida será votada essa alteração sendo posteriormente votado o documento com a alteração aprovada ou não. -----

Posto isto, deixou à consideração dos Grupos a possibilidade de apresentar uma alteração a esta proposta da Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** propôs que fosse acrescentado na parte final dos números um, dois e três, e *outras afins*. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interpelou a Mesa, esta questão advém da lei em vigor que outros quadros possam concorrer mesmo não estando aqui de forma explícita. Contudo, na minha opinião pessoal, colocava, *ou outras equiparadas*, em vez de *outras e afins*. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** talvez uma terceira proposta para ser *funcionalmente afins*. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** para chegarmos a um consenso total, e *outras equiparadas ou afins*. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** interpelou a Mesa colocando a seguinte questão: "Do, *funcionalmente afins* é só porque se pusermos na proposta, *outras equiparadas ou afins*, será em relação às licenciaturas, o *funcionalmente* tem a ver com as funções a desempenhar nas Unidades e já não será estritamente ligado às licenciaturas. -----

Porque, por exemplo, se tivermos em conta nas áreas de Direito, ou Ciências Políticas ou afins, excluirá licenciatura em Filosofia, ou em Sociologia ou Antropologia, porque estas licenciaturas não estão minimamente afins com a licenciatura em Direito ou a licenciatura em Ciências Políticas. -----

Portanto, se mantivermos apenas *os afins* às licenciaturas isso limitará na mesma essa questão. -----

Por isso, a proposta do PPD/PSD ser *os funcionalmente afins*, é relacionada com as áreas a desempenhar nestas Unidades para este tipo de cargos". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que é pertinente esta observação, embora pessoalmente crê que na questão da licenciatura em Filosofia, dada a sua abrangência emanar tantos ramos da Filosofia, que o Direito e as próprias Ciências Políticas também tem muito de Filosofia no seu conteúdo. -----

Como tal, a sua proposta é que fique, e *outras equiparadas ou funcionalmente afins*. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** transmitiu: "Porque as cautelas reveladas pelo colega demonstram ter conhecimento na área, também fazem sentido e porque não se desvirtua o sentido do voto e a pretensão que nós temos de salvaguardar aquilo que a lei diz e que os tribunais têm decidido nesta

matéria, parece-me que para acautelar as questões que o colega levantou, talvez a redação ideal fosse aquela que ele indicou. -----

Por isso, eu retiro a minha proposta e apoio a redação indicada pelo meu colega da bancada do PPD/PSD”. -----

--- **Aprovada por unanimidade** a proposta de alteração à redação do Ponto cinco, proposta pelo PPD/PSD: *e outras equiparadas ou funcionalmente afins.* -----

--- **Aprovado por unanimidade o Ponto cinco - Área de Recrutamento dos Titulares de Cargos de Direção Intermédia de 3º grau – Definição das Áreas de Licenciatura Adequada, em observância do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, com a seguinte redação:** -----

“1. Unidade de Mercados, dependente do Departamento de Economia e Cultura – Licenciatura nas áreas de engenharia civil, arquitetura, gestão ou economia e outras equiparadas ou funcionalmente afins.” -----

“2. Unidade de Auditoria Interna – Licenciatura nas áreas de auditoria, gestão, economia, contabilidade, finanças, qualidade, segurança no trabalho, sistemas de informação ou gestão de recursos humanos e outras equiparadas ou funcionalmente afins.” -----

“3. Unidade de Democracia Participativa e Cidadania – Licenciatura nas áreas de direito ou ciências políticas ou gestão de recursos humanos e outras equiparadas ou funcionalmente afins.” -----

--- **Ponto seis - Proposta de designação de Fiscal Único da Empresa Local Frente MarFunchal, E.M, em observância da al. a) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara prescindiu da sua apresentação sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor e três abstenções do PND.** ----

--- **Ponto sete – Proposta de designação de Fiscal Único da Empresa Local**



**SocioHabitaFunchal, E.M, em observância da al. a) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara voltou a prescindir da sua apresentação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com trinta e oito votos a favor e três abstenções do PND.** -----**

--- **Ponto oito - Contrato-programa a celebrar com a SocioHabitaFunchal E.M, em observância do disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei 50/20012 de 31/08, o Senhor Presidente** passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que apresentou este ponto dizendo: "Este contrato-programa efetuado entre o Município e a SocioHabitaFunchal prevê o subsídio à exploração da SocioHabitaFunchal nomeadamente no que concerne ao diferencial entre a renda técnica e a renda social. --- É um contrato que é efetuado todos os anos para permitir dar cumprimento àquilo que é a legislação em vigor, que tem que manter umas determinadas prerrogativas, nomeadamente manter os resultados líquidos sempre positivos. -----

Como foi tornado público ontem, no relatório do Tribunal de Contas verifica-se que esta empresa tem viabilidade financeira, como tal, vamos também continuar a atribuir em sede de contrato-programa o subsídio à exploração de trezentos e sessenta e oito mil e seicentos e sessenta e quatro euros e é isto que vem cá proposto para permitir o financiamento do diferencial entre a renda técnica e a renda social das habitações sociais do Município do Funchal". -----

--- De seguida passou-se à sua votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor.** -----

--- **Ponto nove - Regulamento Geral das Taxas, Outras Receitas e Licenças Municipais. Alteração ao nº 2 do artigo 19º, em observância do disposto na al. k) do nº 1, do artigo 33º, conjugada com a al. g), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12/09, foi apresentado pelo Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia:**

"Esta alteração prevê que as taxas com renovação anual, que atualmente são pagas até trinta e um de outubro de cada exercício, sejam antecipados o pagamento para trinta e um de março". -----

**INSCRIÇÕES:** -----

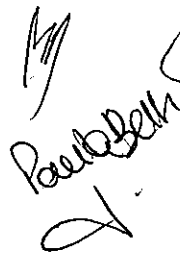
**1. O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** interveio dizendo: "Intervenho não por causa apenas desta alteração, mas porque acho que o Regulamento de taxas deveria de ter uma revisão mais profunda. -----

Ainda ontem fui abordado na rua por uma pessoa que é vendedor de peixe no mercado, paga pela sua banca cento e cinquenta euros, se entrar em mora paga mais 50% da mensalidade, e ultimamente tem sido confrontado com isto. E até agora os vendedores de peixe não pagavam pelo gelo que era utilizado para a conservação do peixe, ora começou a ser pago esse gelo, e isso é uma situação que está a causar grandes problemas aos mesmos e a gerar grande polémica no Mercado. -----

Eu acho que é uma coisa que deveria de ser pensada e refletida, porque são pessoas que têm a vida difícil e que devem de ser ajudadas, porque prestam para além de tudo um serviço social e profissional muito importante". -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu: "Este assunto já foi explicado pelo Senhor Presidente hoje de manhã, e voltando a repeti-lo, digo que há efetivamente uma avaria na máquina de gelo que não é suficiente para suprir nos picos de utilização todas as necessidades dos utilizadores, e nesta situação de sobrecarga da máquina, está a ser feito já o procedimento de aquisição de uma nova máquina, mas até lá são os serviços da lota que estão a suprir as necessidades de gelo e nesse caso o pagamento não é feito à Câmara, é feito sim quando é recorrido a outra entidade". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Baltasar Carvalho Machado Gonçalves Aguiar, do PND** pediu o seguinte esclarecimento: "Mas sabe para além disso no regulamento de taxas

  
Paulo Beltrão

do mercado os pescadores têm o direito de guardar o peixe que não vendem no frigorífico, e nos três primeiros dias pagam três cêntimos por quilo, a partir do terceiro dia passam a pagar por quilo quarenta e sete cêntimos. Parece-me que deveria de haver alguma amabilidade, porque acho que há um salto muito alto de subida de taxas que cria problemas aos vendedores de peixe, que cria problemas aos senhores, e nessa matéria de taxas dever-se-ia pensar as taxas por utilização do frigorífico". -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Gouveia** esclareceu que fica registada essa recomendação para futuras revisões do regulamento. -----

--- Não havendo mais inscrições nem esclarecimentos passou-se à votação do **Ponto nove** tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor**. ---

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu seguimento à ordem de trabalhos com o **Ponto dez - Eleição do Presidente de Junta ou seu substituto para representação das Juntas de Freguesia do Município do Funchal no XXII Congresso da ANMP**, e informou que deu entrada na Assembleia uma lista proposta pelo PPD/PSD, constituída por dois Presidentes de Junta, como efetivo o Senhor Deputado Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, e como substituto o Senhor Deputado Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, sendo essa a lista que será votada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** pronunciou-se da seguinte forma: "Penso que em relação aos candidatos desta lista, são sobejamente conhecidos, são autarcas, membros desta Assembleia tal como todos os demais Presidentes de Junta com vasta experiência e perfeitamente habilitados a representarem o Município do Funchal, e em particular a sensibilidade ao nível mais próximo das populações que são as Juntas de Freguesia, e penso que o Município e a Assembleia vão estar bem representados. -----

De qualquer modo, e tal como no passado já fizemos uma outra proposta, é nosso entendimento que não por uma questão de rotatividade, mas também que a representação municipal neste tipo de eventos se deva fazer com a maior aproximação possível áquilo que é a realidade e que foi a escolha dos munícipes do Funchal. E neste caso, recordo que o PPD/PSD tem 5 Juntas de Freguesia do mesmo modo que a Coligação Mudança tem 5 Juntas, eu quero também registar aqui que recebemos informação na conferência de líderes da parte da Coligação Mudança, tal como noutras ocasiões tem vindo a ser feito e isso é um registo com muito agrado, na efetiva abertura, disponibilidade nem sequer apresentar uma candidatura, o que registamos. -----

Não é por isso, penso que em qualquer momento quando há opções temos que as ter e temos que optar. -----

O PPD/PSD, princípio que aqui está e a razão da minha intervenção, é dizer que a representação, tal como no passado, isto não é uma questão de quotas nem de agora é a minha vez e agora é a tua vez, tem que haver uma representatividade e uma rotatividade, mas a representatividade que seja o mais fiel daquilo que foram as escolhas dos munícipes e as escolhas dos munícipes e daquilo que representa a Assembleia Municipal do Funchal, é que efetivamente existem dois grupos com igual peso e representação e que numa representação na qual já está a Mesa da Assembleia representada, que é obviamente pela maioria democraticamente sufragada que tem também representações ao nível da vereação, faz todo o sentido que não haja um bloqueio para que metade pelo menos da população em termos de representatividade, 16 dos deputados municipais que aqui estão, e 5 das 10 Juntas de Freguesia que temos são do PPD/PSD. -----

O que seria absurdo é não terem esses munícipes a capacidade e a qualidade de serem representados e serem refletidas naquilo que foram as sua opções, ou seja, não é um capricho do PPD/PSD, nem um capricho deste ou daquele partido, que deve viabilizar ou

*Paulinho*

nortear a representatividade e a representação do Município, mas sim a vontade e sermos capazes de nos aproximarmos mais daquela que foi a vontade democrática sufragada. É esse o princípio, mas de qualquer modo registo com agrado e não é a primeira vez que em conferência de líderes e não só, tem havido abertura da Coligação Mudança para isso, e eu agradeço e registo, tentando sempre que possível e estabelecendo um contacto que já temos e um canal de comunicação, para podermos resolver atempada e adequadamente estas situações, que depois geram conflitos, geram questões que não tem nada a ver com divergências políticas e que não tem sido praticada pelo Executivo, tem sido praticado pelo GMM, mas que não tem tido consequência ao nível do Executivo Municipal e nós gostaríamos muito que fosse tido em consideração para evitar depois transpor para aqui situações que não correspondem ao espírito de abertura manifestado pela Coligação Mudança ao nível da sua representação municipal". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que a Mesa da Assembleia far-se-á representar nesse Congresso, pela primeira Secretária Senhora Deputada Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** manifestou-se da seguinte forma: "Congratulo-me com as palavras do Senhor Deputado Domingos Abreu, realmente na evolução em termos democráticos da Região, acho que é extremamente importante. -----

Aliás, o que referi de manhã em que a oposição tem voz, quer nas Comemorações do 25 de Abril, quer no Dia da Cidade, é significativo, quer recentemente na Comissão de Crianças e Jovens também fazendo o fiel retrato da representatividade desta Casa, eu acho que é extremamente importante aproximar as pessoas da política e dignificar a política. -- Aliás, se formos a ver a representação, há aqui um grande grupo que não está representado

que são os abstencionistas, e todos nós nesta Casa quando muitas vezes discutimos o acessório e não discutimos o essencial, estamos a afastar as pessoas da política e da atividade política. -----

Importa uma Cidade Europeia, uma Cidade Evoluída em que os cidadãos participam cada vez mais ativamente". -----

--- De seguida iniciou-se a votação secreta do **Ponto dez**, sendo **eleito como representante efetivo, o Senhor Luís Miguel Moura de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, bem como o representante substituto, Senhor Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, com vinte e cinco votos a favor e quinze votos brancos.** -----

**ENCERRAMENTO:** -----

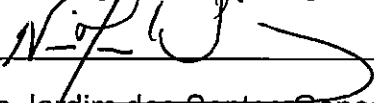
--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia,  -----

--- A Primeira Secretária,  -----

--- O Segundo Secretário,  -----

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves  -----

-----  
-----  
-----  
-----